

## Investimento



### Enel apresentou lucro líquido de € 1,6 bilhões

A Enel anunciou que seu lucro caiu em 2022, mas teve avanços no Ebitda e na receita, graças à geração de energia térmica e expansão da capacidade de energia renovável. A maior concessionária de energia elétrica da Itália divulgou que teve lucro líquido de 1,68 bilhão de euros em 2022, abaixo dos 3,19 bilhões de euros de 2021. Com ajustes, o lucro líquido somou 5,39 bilhões de euros. **PÁGINA 3**

## Megacomitiva

### Visita de Lula à China abre disputa por vaga

Empresários brasileiros disputam vaga na comitiva que acompanhará a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, no fim deste mês. A visita de Estado pretende intensificar os negócios com o país asiático, após um período de ruídos diplomáticos no governo Jair Bolsonaro, e se tornou a mais cobiçada por agentes econômicos nos últimos anos. **PÁGINA 6**

## Desmatamento



### BNDES bloqueia crédito a 58 proprietários rurais

O BNDES bloqueou R\$ 25 milhões em recursos de financiamento de 58 proprietários rurais envolvidos com desmatamentos irregulares. Para verificar quem são os desmatadores ilegais no Brasil, o banco tem usado dados de monitoramento do desmatamento do MapBiomas desde fevereiro deste ano. **PÁGINA 8**

## CRIME DE GUERRA



### Mandado de prisão contra Putin

**PÁGINA 5**

Hoje, 86% do biodiesel consumido no País é fruto da soja

# Governo eleva para 12% a mistura do biodiesel

A medida pesa no bolso do consumidor e é criticada pelo setor de transporte, que aponta falta de qualidade do biocombustível para misturas acima de 10%



O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece em 12% o teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil, a partir do mês de abril, e o aumento para 15% de forma progressiva até 2026. Hoje, esse percentual é de 10%. A decisão foi tomada em reunião do CNPE, na sexta-feira (17), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Fizemos estudos técnicos profundos para evitar que tivesse um impacto econômico muito grave no preço do diesel e, portanto, chegamos à conclusão que o número mais coerente é de 12%, que não impac-

ta praticamente nada, 1 centavo a cada 1% do aumento da composição de biodiesel", explicou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista após a reunião. Segundo ele, a decisão visa equilibrar diversos aspectos, como as questões ambiental, produtiva e social. Enquanto a indústria do biodiesel e os ambientalistas esperavam um aumento mais acelerado desse percentual, a medida pesa no bolso do consumidor e é criticada pelo setor de transporte, que aponta falta de qualidade do biocombustível para misturas acima de 10%, o que causaria problemas mecânicos nos veículos, como a formação de borra nos motores. **PÁGINA 2**



## OCUPAÇÃO

### Desemprego avançou para 8,4%, o primeiro aumento em um ano

**PÁGINA 3**

## REFORMAS

### Governo reduz para 1,61% a projeção de alta do PIB este ano

**PÁGINA 2**

**IBOVESPA** 101.981,53 ↓ -1,40%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
3R PETROLEUMON NM	31.750	+4.82%	+1.460
ECORODOVIAS ON NM	5.16	+8.86%	+0.42
BRF SA ON NM	7.00	-0.28%	-0.02
MINERVA ON NM	11.70	+2.27%	+0.26
MARFRIG ON NM	7.33	+1.38%	+0.10

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EZTEC ON NM	13.31	-2.28%	-0.31
HAPVIDA ON NM	2.37	0.00%	0.00%
LOCAWEB ON NM	6.26	-7.40%	-0.50
CYRELA REALTON NM	14.74	-7.47%	-1.19
CPFL ENERGIAON NM	29.35	-6.56%	-2.06

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	82.73	-0.01%	-0.01
PETROBRAS PN N2	23.51	+2.48%	+0.57
ITAUUNIBANCO PN N1	23.34	-0.43%	-0.10
BRADESCO PN N1	13.33	-4.17%	-0.58
B3 ON NM	11.30	-1.05%	-0.12

## BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.861,98	-1,19%
S&P 500	3.916,64	-1,10%
NASDAQ	11.630,51	-0,74%
DAX 30	14.768,20	-1,33%
FTSE 100	7.335,40	-1,01%
IBEX 35	8.711,80	-2,01%

## DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,270	5,240	↑ 5,270%

## PESO

COMPRA	VENDA	%
0,025	0,026	↑ 0,48%

## EURO

COMPRA	VENDA	%
5,618	5,619	↑ 1,02%

## LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,423	6,425	↑ 1,02%

## OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
331,00	USD\$ 1.988,11

## MEIO AMBIENTE

# Governo aumentará para 12% a mistura de biodiesel no diesel

Silveira explicou que é pacificado em todo o mundo pela indústria automotiva que a elevação de biodiesel em até 15% não traz prejuízos para operação de motores e equipamentos

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece em 12% o teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil, a partir do mês de abril, e o aumento para 15% de forma progressiva até 2026. Hoje, esse percentual é de 10%. A decisão foi tomada em reunião do CNPE, na sexta-feira (17), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a medida, a previsão é que haja aumento de 2 centavos no preço do diesel na bomba para o consumidor. "Fizemos estudos técnicos profundos para evitar que tivesse um impacto econômico muito grave no preço do diesel e, portanto, chegamos à conclusão que o número mais coerente é de 12%, que não impacta praticamente nada, 1 centavo a cada 1% do aumento da composição de biodiesel", explicou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista após a reunião.

A mistura de biodiesel no diesel, assim como a mistura de etanol na gasolina, foi instituída com o objetivo de reduzir as emissões de poluentes prejudiciais ao meio ambiente e à saúde da população. Em março de 2021, o CNPE autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a elevar o percentual a 13%, mas a medida foi revista pelo governo Jair Bolsonaro na tentativa de frear o aumento de preço dos combustíveis.

Com a decisão, a adição de biodiesel subirá para 12% a par-



Silveira e Lula: "quando Lula, no primeiro mandato, criou o biodiesel, ele tinha um aspecto social, com objetivo de atingir as famílias de plantadores de pinhão"

tir de abril deste ano, 13% em abril de 2024, 14% em abril de 2025 e 15% em abril de 2026. "Sem prejuízo do CNPE, a qual-quer momento, poder revisitar esses números", explicou Alexandre Silveira.

Segundo o ministro, a decisão visa equilibrar diversos aspectos, como as questões ambiental, produtiva e social. Enquanto a indústria do biodiesel e os ambientalistas esperavam um aumento mais acelerado desse percentual, a medida pesa no bolso do consumidor e é criticada pelo setor de transporte, que aponta falta

de qualidade do biocombustível para misturas acima de 10%, o que causaria problemas mecânicos nos veículos, como a formação de borra nos motores.

Silveira explicou que é pacificado em todo o mundo pela indústria automotiva que a elevação de biodiesel em até 15% não traz prejuízos para operação de motores e equipamentos com esse teor de mistura. "Estamos desenvolvendo estudos para poder darmos mais segurança no aumento do biodiesel, levando em consideração a balança técnica, comercial, mas, fundamentalmente,

social, que é o grande espectro do governo do presidente Lula, combater a desigualdade no país", disse o ministro.

A medida vai ao encontro das diretrizes da Política Nacional dos Biocombustíveis (RenovaBio). Em vigor desde 2017, a política trata da expansão, de forma sustentável, da produção e uso do biodiesel, visando ao desenvolvimento regional, à inclusão social de pequenos produtores e à redução de emissão de gases causadores do efeito estufa.

"Quando Lula, no primeiro mandato, criou o biodiesel - Pro-

grama Nacional de Produção e Uso do Biodiesel -, ele tinha um aspecto social, com objetivo de atingir as famílias de plantadores de pinhão-mansão, de mamona, nas famílias do semi-árido e do Norte e Nordeste, e isso se perdeu no caminho", afirmou Alexandre Silveira.

Segundo o ministro, hoje, 86% do biodiesel consumido no país é fruto da soja ou de grandes produtores. Por isso, também foi aprovado na sexta-feira pelo CNPE o retorno de um selo social, dado à indústria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que comprova

a origem da matéria-prima utilizada para produção de biodiesel.

Silveira explicou que será obrigatória a compra de 20% de matéria-prima a partir de regiões do semiárido, que inclui norte de Minas Gerais, e do Norte e Nordeste do país. Segundo ele, isso acontecerá a partir de um cronograma, para garantir que haja oferta de insumos para que a indústria possa adquirir nesse mercado. "Ou seja, com aumento da participação da agricultura familiar no projeto do biodiesel", disse.

O CNPE, presidido pelo ministro de Minas e Energia, é órgão de assessoramento do presidente da República para formulação de políticas e diretrizes de energia. O conselho é composto por 16 ministros de Estado, dois membros da academia e dois membros da sociedade civil.

Segundo Silveira, na próxima reunião, ainda sem data definida, o grupo deve começar a discutir a política de preços dos combustíveis no Brasil.

"O governo perseguirá a redução dos preços com muita determinação, parcimônia, equilíbrio, porque sabemos que temos que conciliar a natureza da própria Petrobras, que é uma empresa de capital aberto, listada em bolsa, mas sabemos que a Constituição e a Lei das Estatais preveem o papel social da Petrobras e outras petrolíferas que estão explorando a costa brasileira. Então, com muito diálogo, tranquilidade, nós realmente buscaremos priorizar papel social dos combustíveis no Brasil", disse.

## REFORMAS

# Governo diminui para 1,61% a projeção de alta do PIB este ano

Na primeira rodada de projeções para os principais indicadores econômicos do País, o novo Ministério da Fazenda reduziu o otimismo para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. Mesmo assim, a Pasta manteve as expectativas para o desempenho da atividade neste ano em um patamar bem superior ao do mercado. De acordo com a grade de parâmetros divulgada na sexta-feira, 17, pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para a expansão da atividade em 2022 passou de 2,1% para 1,61%. A projeção anterior havia sido feita em novembro, ainda no governo passado.

As estimativas são utilizadas na confecção do Relatório Bimestral de Avaliação de Recei-

tas e Despesas, que será divulgado na próxima quarta-feira.

De acordo com o Boletim Macroeconômico, a redução de 0,49 ponto porcentual deve-se ao arrefecimento na margem dos indicadores econômicos divulgados desde o documento anterior e também aos efeitos defasados mais intensos da política monetária sobre a atividade e mercado de crédito do que o anteriormente projetado. "As perspectivas de liquidez reduzida nos EUA e em outras economias também colaboraram para a revisão da projeção anterior", apontou a SPE.

O ministério também reduziu as projeções de crescimento da economia de 2024, de 2,50% para 2,34%. Já para 2025, o prognóstico aumen-

tou de 2,50% para 2,76%. Para 2026, a estimativa passou de 2,2% para 2,42%. E para 2027, a projeção anunciada nesta sexta é de 2,49%.

A alta de 1,61% prevista para este ano repercute, segundo a SPE, a aceleração no setor agropecuário e o arrefecimento na Indústria e em Serviços. Para o período de 2024 a 2027, a expectativa é de crescimento médio ao ano de 2,5%.

"Essa expansão se baseia nos planos de investimento e nas oportunidades que podem ser exploradas com a transição para uma economia verde e sustentável", salientou a SPE.

A secretaria também acredita a expansão às reformas que serão implementadas ainda em 2023, como fiscal e tributá-

ria, com potencial de reduzir de forma estrutural a taxa de juros no Brasil.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram uma alta de apenas 0,89% para o PIB de 2023. Para 2024, a estimativa no Focus é de alta de 1,50%. As estimativas de mercado para os anos de 2025 e 2026 estão em 1,80% e 1,98%, respectivamente.

Na primeira rodada de projeções para os principais indicadores econômicos do País, o novo Ministério da Fazenda revisou para cima também a projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023. De acordo com a nova grade de parâmetros macro-

econômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,60% para 5,31%. Para 2024, a projeção é de 3,00%.

No documento, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério argumenta que a revisão foi motivada pelo aumento na projeção de preços monitorados, apenas parcialmente contrabalanceada pela desaceleração esperada na inflação de alimentação no domicílio e de bens industriais. "A partir de 2025, espera-se convergência do IPCA para a meta de 3,00%", completou.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,96% em 2023

e de 4,01% em 2024.

Todas as projeções para a inflação em 2023 estão bem acima do teto da meta deste ano, de 3,25%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 1,75% a 4,75%). No caso de 2024, a meta é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (1,50% a 4,50%).

O Ministério da Fazenda também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,90% para 5,16%. Para 2024, a projeção é de 3,30%.

Já a estimativa da Fazenda para a alta do IGP-DI em 2023 passou de 4,55% para 3,85%. Para o próximo ano, a projeção é de 3,80%. As estimativas são utilizadas na confecção do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado na próxima quarta-feira, 22.

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsdp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RENDA SOBE

# Taxa de desemprego registra o primeiro aumento em um ano

O nível da ocupação - percentual de pessoas em idade de trabalhar - saiu de 57,4% no trimestre até outubro de 2022 para 56,7% no trimestre até janeiro de 2023

A taxa de desocupação no País subiu de 7,9% no trimestre terminado em dezembro de 2022 para 8,4% no trimestre até janeiro de 2023, o primeiro avanço em um ano. A última vez que a taxa de desocupação tinha crescido foi na passagem de dezembro de 2021 (11,1%) para janeiro de 2022 (11,2%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da elevação, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em janeiro de 2023 foi a mais baixa para esse período desde 2015, quando estava em 6,9%.

O nível da ocupação - percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar - saiu de 57,4% no trimestre até outubro de 2022 para 56,7% no trimestre até janeiro de 2023. No trimestre terminado em janeiro de 2022, o nível da ocupação era de 55,3%.

O IBGE informou ainda que o Brasil tinha 63,739 milhões de ocupados contribuindo para a Previdência, terceiro maior contingente da série histórica.

O ápice foi verificado no trimestre até dezembro de 2022, com 64,274 milhões de trabalhadores contribuintes. O segundo melhor resultado foi no trimestre até novembro de 2022, com 64,172 milhões de contribuintes.

No entanto, a proporção de ocupados que contribuem para a Previdência foi de apenas 64,6% no trimestre até janeiro de 2023, montante que já ultrapassou os 66% em anos anteriores.

De acordo com o IBGE, o País registrou taxa de informalidade de 39,0% no mercado de trabalho no trimestre encerrado em janeiro de 2023. Havia 38,964 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período.

"Essa queda na ocupação não foi enviesada", afirmou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE. "A queda na ocupação atingiu tanto o trabalhador for-

mal quanto o informal."

Em um trimestre, 511 mil pessoas deixaram de atuar como trabalhadores informais. A extinção de vagas no período totalizou 1,025 milhão.

Em um trimestre, houve redução de 264 mil empregos sem carteira assinada no setor privado, de 37 mil empregadores sem CNPJ, redução de 44 mil pessoas no trabalho por conta própria sem CNPJ e de 165 mil de pessoas no trabalho familiar auxiliar. O número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada ficou estável.

A queda na população ocupada atuando na informalidade em um trimestre foi de 1,3%. Em relação a um ano antes, o contingente de trabalhadores informais recuou em 70 mil pessoas, queda de 0,2%.

Também segundo o IBGE, o trimestre encerrado em janeiro de 2023 mostrou uma abertura de 190 mil vagas com carteira assinada no setor privado em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2022. Na comparação com o mesmo trimestre de 2022, 2,257 milhões de vagas com carteira assinada foram criadas no setor privado.

O total de pessoas trabalhando com carteira assinada no setor privado foi de 36,813 milhões no trimestre até janeiro, enquanto as que atuavam sem carteira assinada alcançaram 13,108 milhões, 264 mil a menos que no trimestre anterior. Em relação ao trimestre até janeiro de 2022, foram criadas 725 mil vagas sem carteira no setor privado.

O trabalho por conta própria perdeu 111 mil pessoas em um trimestre, para um total de 25,299 milhões. O resultado significa 277 mil pessoas a menos atuando nessa condição em relação a um ano antes.

O número de empregadores encolheu em 179 mil em um trimestre. Em relação a janeiro de 2022, o total de empregadores cresceu 186 mil.

O País teve um aumento de mil pessoas no trabalho doméstico em um trimestre, para um total de 5,883 milhões de pessoas. Esse contingente é 262 mil pessoas maior que no ano



Indústria: o total de pessoas trabalhando com carteira assinada no setor privado foi de 36,813 milhões no trimestre

anterior.

O setor público teve 497 mil ocupados a menos no trimestre terminado em janeiro ante o trimestre encerrado em outubro. Na comparação com o trimestre até janeiro de 2022, foram abertas 447 mil vagas. Sete das dez atividades econômicas registraram demissões no trimestre encerrado em janeiro.

Na passagem do trimestre terminado em outubro de 2022 para o trimestre encerrado em janeiro de 2023, houve geração de vagas apenas em transporte e armazenagem (126 mil), alojamento e alimentação (156 mil) e serviços domésticos (9 mil).

As demissões ocorreram na indústria (-220 mil), informação, comunicação e atividades financeiras, profissionais e administrativas (-38 mil), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-342 mil), construção (-134 mil), outros serviços (-102 mil), comércio (-201 mil) e agricultura (-272 mil).

Em relação ao patamar de um ano antes, as únicas atividades com perdas foram a agricultura, que demitiu 398 mil trabalhadores, e a construção, que dispensou 13 mil pessoas.

Os demais setores contrataram: administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (876 mil trabalhadores a mais), comércio (637 mil), alojamento e alimentação (143 mil), serviços domésticos (249 mil), indústria (278 mil), informação, comunicação e atividades financeiras (544 mil), transporte (481 mil) e outros serviços (430 mil).

A massa de renda em circulação na economia foi a maior da série histórica comparável. Considerando todos os trimestres móveis da série iniciada em 2012, a massa foi a terceira maior.

"Por mais que eu tenha perdido um pouco da população ocupada, as pessoas que permaneceram na ocupação estão ganhando mais, mais do que

ocorria no trimestre anterior. Então, mesmo diante de uma perda de contingente no trimestre, o que se ganhou em termos de rendimento foi suficiente para se chegar a esse valor", explicou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Embora a expansão na massa de renda em um trimestre não tenha sido estatisticamente significativa, por ter ficado dentro da margem de erro da pesquisa. Adriana Beringuy lembra que, na comparação anual, a massa cresce sucessivamente, seja por conta da expansão da ocupação como dos rendimentos.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve uma elevação real de 1,6% na comparação com o trimestre até outubro de 2022, R\$ 46 a mais, para R\$ 2.835.

Em relação ao trimestre encerrado em janeiro de 2022, a renda média real de todos os trabalhadores ocupados subiu 7,7%, R\$ 202 a mais.

tatórios nº 7003964994 (Petrobras), nº 154/2022 (SAEB), nº 2022/04782 (Banco do Brasil), nº 002/2023 (Agência Goiana de Habitação), SRP nº 02/2023 (Defensoria Pública do Acre) e nº 15410031/2023 (ESPMG).

Também foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra as Requerentes, devendo permanecer os respectivos autos no juízo onde se processam, contado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da decisão.

O juízo determinou a suspensão da eficácia da cláusula ipso facto, em consideração ao pedido de Recuperação Judicial, inserida em todos os contratos firmados pelas Requerentes, bem como a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão do pedido de Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão

somente em razão do pedido de Recuperação Judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise.

Também foi determinada a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as Requerentes exerçam suas atividades, pleiteiem os benefícios fiscais e regimes especiais a que façam jus e participem de certames licitatórios regulamente; e a vedação a que qualquer órgão da administração pública direta ou indireta encerre eventual contrato administrativo em vigor, do qual participem quaisquer das Requerentes, tão somente pelo ajuizamento da Recuperação Judicial.

A empresa informa ainda que em decorrência dos impactos relacionados ao pedido de recuperação judicial, negociação com credores e obtenção de anuência prévia junto à Anatel para alienação de sites da operação fixa, com consequente alteração no cronograma dos trabalhos da auditoria independente, será necessário mais tempo para a conclusão dos trabalhos de elaboração das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) referentes ao exercício de 2022. Dessa forma, a empresa adiou a divulgação do balanço financeiro de 23 de março para 26 de abril.

INVESTIMENTOS

## Enel teve lucro líquido de € 1,68 bilhão

A Enel anunciou que seu lucro caiu em 2022, mas teve avanços no Ebitda e na receita, graças à geração de energia térmica e expansão da capacidade de energia renovável. A maior concessionária de energia elétrica da Itália divulgou que teve lucro líquido de 1,68 bilhão de euros em 2022, abaixo dos 3,19 bilhões de euros de 2021. Com ajustes, o lucro líquido somou 5,39 bilhões de euros.

Já o Ebitda subiu para 19,92 bilhões de euros no ano passado, ante 17,23 bilhões de euros em 2021. Como já havia sido adiantado em resultados preliminares, o Ebitda ajustado aumentou para 19,68 bilhões de euros em 2022.

O lucro líquido ajustado e o Ebitda ficaram acima das próprias expectativas da Enel, definidas em seu plano estratégico para o período de 2023 a 2025. A receita anual foi confirmada em 140,52 bilhões de euros, alta de 64% ante 2021.

Na Bolsa de Milão, a ação da Enel começou o pregão em alta de 1,3%. Por volta das 8h35 (de Brasília), no entanto, o papel operava em baixa de 0,42%.

A variação reflete principalmente o desempenho positivo das operações e os menores ajustes de valor registrados durante o ano em relação a 2021, apenas parcialmente compensados por maiores depreciações e amortizações.

A dívida financeira líquida chegou a 60.068 milhões de euros, um aumento de 16,2% em relação aos 51.693,3 milhões de euros em 2021.

O aumento se deve principalmente aos investimentos do período cujas necessidades foram parcialmente compensadas pelo fluxo de caixa positivo gerado pelas operações, que foi impactado pelo efeito no capital de giro líquido de diversas medidas governamentais, e pelos efeitos positivos da gestão do portfólio de ativos.

As despesas de capital somaram 14,347 milhões de euros, um aumento de 10,4% em relação aos 12.997 milhões de euros em 2021. O aumento é atribuído ao crescimento das despesas de capital na Enel Green Power, Enel Grids, End-User Markets e Enel X.

O dividendo total proposto para a totalidade do exercício de 2022 é de 0,40 euros por ação (dos quais 0,20 euros por ação já foram pagos a título de adiantamento em janeiro de 2023), um aumento de 5,3% sobre o dividendo total de 0,38 euros por ação reconhecido para o ano fiscal completo de 2021.

A empresa conseguiu alcançar alguns objetivos estratégicos em 2022, como o avanço no processo de descarbonização, com a nova capacidade renovável construída em 2022 superior a 5,2 GW, incluindo 387 MW de baterias. A gestão empresarial integrada que, apesar do ambiente de mercado desfavorável, garantiu um resultado acima do esperado.

A Enel avançou também no processo de racionalização do portfólio de negócios e geografias, através de 5,9 mil milhões de euros de valorização de ativos.

"Os excelentes resultados da Enel em 2022 reforçam a capacidade do Grupo de criar valor para seus stakeholders, apesar do cenário altamente desafiador que caracterizou os últimos três anos", comentou o CEO e gerente geral da Enel, Francesco Starace.

"Graças à resiliência do nosso modelo de negócios integrado, ao nosso sólido desempenho operacional, às ações gerenciais implementadas ao longo do ano e, sobretudo, ao trabalho incansável de todos os nossos colegas, conseguimos superar o guia-dance anunciado aos mercados. Com base nestes resultados, oferecemos aos nossos acionistas um dividendo de 0,40 euros por ação, um valor superior ao do ano anterior.

Nos próximos meses, continuaremos a crescer nas renováveis e a digitalizar as redes de distribuição.

APOIO DOS CREDORES

# Justiça aprova pedido de recuperação da Oi

A Oi informou na sexta-feira, 17, que o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da companhia e de suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa informa que o juízo determinou que as Requerentes apresentem o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias da publicação da decisão.

Também foi determinada a nomeação dos administradores judiciais, Wald Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial e K2 Consultoria Econômica.

"A Oi reafirma a sua confiança de que, com o apoio de seus credores financeiros, com os quais chegou a um acordo sobre os principais termos comerciais para a reestruturação de suas

dívidas financeiras e um financiamento de longo prazo a ser concedido para suportar suas operações de curto prazo e considerando sua capacidade operacional e comercial, será bem-sucedida na proposição e pré-aprovação de um plano de recuperação judicial que permita a busca de sua sustentabilidade de longo prazo, no melhor interesse de todos os seus stakeholders", afirma a empresa.

Entre diversos pontos, ficou determinada a suspensão do curso da prescrição das obrigações, bem como a suspensão das execuções ajuizadas pelos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à Recuperação Judicial; e a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito em face das Requerentes, pelo prazo de 180 dias, contados da data decisão que concedeu a tutela cautelar antecedente.

Também ficou determinada a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Recuperação Judicial, bem como do caráter erga omnes da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial e da competência absoluta do Juízo da RJ.

Também foi decidida a manutenção das fianças judiciais e dos seguros garantia judiciais prestados por terceiros em favor das Requerentes, que tenham por objeto garantir créditos concursais, com a consequente proibição de liquidação e/ou execução de tais instrumentos de garantia de processos.

Outro ponto é a dispensa das Requerentes do atendimento aos requisitos econômico-financeiros nos procedimentos lici-

## FERTILIZANTES

# Lucro do Grupo Vittia sobe e atinge R\$ 49,3 milhões

Empresa afirma que produtor se mostrou mais conservador no quarto trimestre em relação à investimentos em insumos

O Grupo Vittia, que produz fertilizantes especiais e defensivos biológicos, obteve lucro líquido de R\$ 49,3 milhões no quarto trimestre de 2022, crescimento de 15,2% ante igual período do ano anterior. Em 2022, a empresa teve lucro de R\$ 147,5 milhões, aumento anual de 36,9%.

A companhia teve receita líquida de R\$ 230,2 milhões no quarto trimestre, queda de 15,1% ante os últimos três meses do ano anterior. No ano, a receita foi de R\$ 851,2 milhões, aumento de 9,3% em relação a 2021. O Ebitda ajustado atingiu R\$ 59,9 milhões no quarto trimestre, queda de 0,3% na mesma base de comparação. Em 2022, o Ebitda ajustado foi de R\$ 217,9 milhões, 23,8% maior do que o do ano anterior.

Segundo a Vittia, o quarto trimestre do ano mostrou "um maior conservadorismo do produtor em relação à investimentos em insumos" em virtude do processo eleitoral brasileiro e também por causa de instabilidade climática em algumas regiões que tiveram período de seca prolongado logo após o plantio da safra verão.

O segmento de biológicos, que inclui defensivos e inoculantes, cresceu 24,5% em receita



O Grupo Vittia teve receita líquida de R\$ 230,2 milhões no quarto trimestre, o que representou uma queda de 15,1%

líquida, representando 27,3% do total do trimestre. Conforme a empresa, em função da performance nesse segmento, apesar da queda no faturamento consolidado, foi possível obter Ebitda ajustado "praticamente estável" em relação a igual período de 2021 e crescimento de lucro líquido.

"Durante o ano de 2022, seguimos com o foco no fortalecimento dos nossos relacionamentos comerciais com produtores rurais, revendas e cooperativas, aprimorando nossos processos de produção e de logística, e refinando nossa dis-

ciplina financeira e de controles internos, ampliando assim, e de forma sustentável, nossos resultados", disse o CFO e diretor de Relações com Investidores da companhia, Alexandre Del Nero Frizzo, no comunicado de divulgação de resultados trimestrais e anuais.

A empresa destacou que o conflito Rússia/Ucrânia e a consequente especulação do mercado frente à possibilidade de escassez de NPK, usado na linha de condicionadores de solo e organominerais da empresa, exerceu forte pressão sobre os preços do fertilizante (que che-

garam a subir 400%).

"No fim, o descompasso entre oferta e demanda não ocorreu, a indústria procurou garantir o máximo de suprimentos possível ao mercado, mas a alta dos preços fez com que os produtores rurais reduzissem a aplicação desses produtos na lavoura", disse Frizzo, em nota. "Isso acabou refletindo em algumas estruturas de custo, preços e timing de vendas, o que impactou de forma importante a nossa linha de organominerais - com redução de 28,1% no nosso faturamento neste segmento."

## AMÉRICA LATINA

## Delta vai operar a maior programação de voos

Os clientes dos Estados Unidos que buscam se refugiar ao calor durante as férias de fim de ano, bem como aqueles que farão uma conexão no país para alcançar praias incríveis do Caribe e da América Central, já podem comemorar: a Delta está adicionando rotas sazonais a partir de seus hubs de Atlanta, Nova York-JFK, Detroit e Minneapolis para vários destinos tropicais.

Com mais de 20% a mais de assentos em relação à temporada de férias de fim de ano de 2022, a programação da Delta para a América Latina em 2023 será a maior de sua história, com serviço expandido no México, América Central e Caribe. Esse crescimento ocorre conforme a Delta trabalha para a restauração completa de sua rede, depois de operar com 85% da capacidade total em 2022, com foco principal em seus hubs nos Estados Unidos.

Os nova-iorquinos poderão aproveitar mais voos com destino aos três principais mercados latino-americanos partindo do aeroporto JFK: San Juan (SJU), Santo Domingo (SDQ) e Santiago (STI)\*. Com essas rotas adicionadas, a Delta operará mais de 30 voos em dias de pico para 19 destinos na América Latina a partir do JFK.

Além disso, a Delta reforçará sua posição de transportadora número 1 para a América Latina a partir de Atlanta e Detroit com a adição de frequências diárias para os destinos populares.

Todos os voos estarão à venda em 18 de março e operarão sazonalmente de 16 de dezembro de 2023 a 07 de janeiro de 2024.

Os clientes também podem

viajar sem escalas para Cozumel, no México, com o serviço diário e direto recém-adicionado desde Atlanta, e o serviço sazonal três vezes por semana a partir de Minneapolis. O serviço de Atlanta recomeça em 05 de novembro e o de Minneapolis retorna em 16 de dezembro, com ambos os voos operados com aeronaves A320.

Os clientes encontrarão wi-fi rápido e gratuito e telas de entretenimento individuais no encosto do assento com uma grande variedade de conteúdo premium, incluindo playlists e podcasts selecionados em parceria com o Spotify, bem como uma seleção de bebidas inspiradas na estação, como o espresso martini da marca Tip Top.

Além disso, a partir de 1º de abril as refeições para crianças retornarão, com opções saborosas e bem balanceadas para os viajantes mais jovens da Delta, que estarão disponíveis na First Class em voos com percursos acima de 1.448 quilômetros e em todas as cabines em voos internacionais de longa distância. Os clientes poderão selecionar essas refeições a bordo por meio da opção "refeições especiais", no site delta.com, com pelo menos 24 horas de antecedência ao voo.

Os clientes que estão prontos para reservar suas férias de fim de ano podem fazê-lo por meio da Delta Vacations, o fornecedor oficial de viagens da companhia aérea. Com pacotes de férias com tudo incluído desenvolvidos especialmente para membros SkyMiles, a Delta Vacations faz parceria com as melhores e mais reconhecidas propriedades à beira-mar e oferece opções de hotéis para todos os bolsos.

## SEGUROS

### Presidente da CNseg participa de evento em Belo Horizonte

O presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Dyogo Oliveira, participou na sexta-feira (17), em Belo Horizonte, de Encontro Setorial com representantes do Sindseg MG/GO/MT/DF.

Na ocasião do evento, Dyogo apresentou detalhes do Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, Previdência Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização (PDMS), lançado no dia anterior, em São Paulo, tendo como principais objetivos aumentar a parcela da população atendida em 20% pelos diversos produtos do mercado de seguros, previdência aberta, saúde suple-

mentar e capitalização e elevar o pagamento de indenizações, benefícios, sorteios, resgates e despesas médicas e odontológicas dos atuais 4,6% do PIB para 6,5% do PIB.

No encontro com os representantes do sindicato das seguradoras da região, o presidente da CNseg destacou que será necessário muito empenho e união de todos para que os objetivos do PDMS sejam alcançados.

Os corretores, afirmou, também terão um papel muito importante no Plano e, para isso, está previsto o fortalecimento da Escola de Negócios e Seguros (ENS) como instrumento de qualificação dos corretores e demais trabalhadores da indústria de seguros.

### ESSOR atua como seguradora oficial de exposição de carros

A Essor Seguros atuou como seguradora oficial de oito automóveis clássicos expostos no último dia 14 durante o lançamento do livro "Lulla & Piero Gancia - No Grande Prêmio da Vida", de autoria de Carlo V. Gancia, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo.

Os veículos que pertenceram a família apaixonada por automobilismo foram cobertos pela seguradora em parceria com a Carrara Art Corretora de Seguros.

"Os carros antigos são uma cultura particular, não só pela história do automóvel como pelas paixões que o cercam em toda a sua trajetória. O seguro

Obras de Arte e Antiguidades ESSOR, protege não só a exposição dos carros e o patrimônio histórico familiar, como a história do automobilismo. Esta é a nossa filosofia", afirma Ana Guerra, subscritora de Obras de Arte da ESSOR Seguros.

Entre os carros que chamavam atenção no museu estavam um Alfa Romeo Giulia GTA 1600 ano 1967, no valor de US\$ 370 mil; um Alfa Romeo Giulia Super 1967, no valor de US\$ 70 mil; uma Ferrari Daytona 1973, no valor de US\$ 70 mil; uma Ferrari Dino 1971, no valor de US\$ 650 mil e uma Ferrari Roma 2023, no valor de US\$ 650 mil.



As mulheres cada vez mais ocupam cargo de destaque nas seguradoras. O CCS-RJ é presidido por uma mulher

## CCS-RJ prepara evento em homenagem às mulheres

A Comissão da Mulher do Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro realizará no dia 21, em parceria com a Porto, a celebração do Dia Internacional da Mulher com uma grande programação para as sócias e convidadas.

O evento começa às 14h30, seguida de uma extensa programação, abrangendo talk show, palestra, sorteio e encerramento com coquetel.

Para a presidente do CCS-RJ, Fátima Monteiro, "trata-se de uma oportunidade excelente para comemorar esse mês dedicado às mulheres, confraternizar e aprimorar os conhecimentos em nosso mercado, afinal hoje as mulheres contribuem e muito para o fortalecimento do setor de segu-

ros", afirma.

A presidente da Comissão, Sonia Marra, e a diretora de Produção Brasil da Porto, Eva Miguel, vão desenvolver o tema "Elas na liderança". Segundo a líder da Comissão da Mulher "essa foi a forma de homenagear e reconhecer a importância da Mulher Corretora de Seguros e seu papel fundamental na sociedade", acrescentando:

"O núcleo feminino do setor cresceu e, cada vez mais, a mulher vem destacando a sua liderança no mercado segurador".

As inscrições, limitadas a 80 pessoas, podem ser feitas na secretaria do Clube com Marcelle, através do e-mail: secretaria@ccsrj.com.br.

O evento será realizado de 14h30 às 18h na Churrascaria Fogo de Chão, em Botafogo.

- 14h30 - Recepção com coffee
- 15h - Abertura
- 15h50 - Talk Show com a participação de Eva Miguel, diretora de produção Brasil da Porto
- 16h15 - Coffee break com sorteio de brindes da Porto
- 16h40 - Palestra sobre Palheta de Cores. A Colorimetria (análise da coloração pessoal)
- 17h10 - Fazer a palheta com uma participante e sorteio de três mulheres para atendimento futuro
- 17h50 - Encerramento
- 18h - Coquetel

### SulAmérica apresenta linha de Odonto

A SulAmérica reposicionou seus produtos da linha Odonto. Com novos planos odontológicos individuais, que contam com cobertura ampliada de serviços e mais de 200 procedimentos adicionais liberados, a companhia anuncia novos benefícios para seus clientes. "Além de soluções para os beneficiários e beneficiárias, a SulAmérica busca também oferecer as melhores experiências para os parceiros de negócios. Com essas novidades, conseguimos entregar benefícios ainda mais completos para quem busca um plano odontológico", diz Juliana Caligiuri, vice-presidente Comercial da SulAmérica.

Por meio de quatro novos planos, a companhia apresenta opções com diferenciais que variam de acordo com as necessidades dos clientes, oferecendo também serviços de clareamento dentário, documentos odontológicos e ortodontia. Os novos planos são: o SulAmérica Odonto Mais; o SulAmérica Odonto Mais Clarear; o SulAmérica Odonto Mais Doc; o SulAmérica Odonto Mais Orto.

A expansão está em linha com a proposta da companhia de entregar Saúde Integral para seus beneficiários e beneficiárias. "Promover saúde odontológica é fortalecer a Saúde Integral. Dentro deste posicionamento, o cuidado com a saúde bucal está diretamente ligado à saúde física, bem-estar, autoestima e com a saúde do bolso e finanças", afirma Hebe Castro, superintendente de produtos da SulAmérica.

SEQUESTROS

# Tribunal Penal Internacional emite mandado de prisão contra Putin

## A Corte disse que Putin é supostamente responsável pelo crime de guerra de deportação ilegal de crianças e transferência ilegal de população de áreas ocupadas

O Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou na sexta-feira, 17, que emitiu um mandado de prisão contra o presidente da Rússia, Vladimir Putin, por crimes de guerra por causa de seu suposto envolvimento em sequestros e deportação de crianças de partes da Ucrânia ocupadas pela Rússia durante a guerra.

A Corte disse em um comunicado que Putin "é supostamente responsável pelo crime de guerra de deportação ilegal de população (crianças) e transferência ilegal de população de áreas ocupadas da Ucrânia para a Federação Russa". Grupos de direitos humanos celebraram o movimento, mas a probabilidade de um julgamento enquanto Putin permanecer no poder é pequena, já que o tribunal não pode julgar réus à revelia e a Rússia disse que não entregará seus próprios cidadãos.

Um pedido também foi emitido, pelo mesmo motivo, contra a Comissária Presidencial para os Direitos da Infância na Rússia, Maria Alekseevna Lvova-Belova, informou o tribunal de Haia. A Presidência da Ucrânia reagiu, afirmando que essa ordem de prisão contra Putin é apenas o começo, enquanto a Rússia chamou o pedido de sem sentido.

O presidente do tribunal, Piotr Hofmanski, disse em uma declaração em vídeo que, embora os juizes do TPI tenham emitido os mandados, caberá à comunidade internacional aplicá-los. O tribunal não tem força policial própria para cumprir os mandados. "O TPI está fazendo sua parte do trabalho como um tribunal. Os juizes emitiram mandados de prisão. A execução depende da cooperação internacional."

O TPI não reconhece imunidade para chefes de Estado em casos envolvendo crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou genocídio.

Mas as limitações do tribunal são bem conhecidas - embora possa indiciar chefes de Estado em exercício, não tem poder para prendê-los ou levá-los a julgamento, ao invés disso, depende de outros líderes e

governos para agir como seus policiais em todo o mundo. O caso mais proeminente foi o do presidente do Sudão, Omar Hassan al-Bashir, que foi indiciado pelo tribunal, mas não foi preso em outros países para onde viajou.

Além disso, Moscou não reconhece a jurisdição do tribunal e não extradita seus nacionais. Essa posição foi reafirmada pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, em uma primeira reação aos mandados. "As decisões do Tribunal Penal Internacional não têm nenhum significado para o nosso país, inclusive do ponto de vista jurídico", disse ela.

A Ucrânia também não é membro do tribunal, mas concedeu ao TPI jurisdição sobre seu território e o promotor do TPI, Karim Khan, visitou o país quatro vezes desde que abriu uma investigação há um ano.

Uma investigação do New York Times publicada em outubro identificou várias crianças ucranianas que foram levadas sob os esforços de reassentamento da Rússia. Eles descreveram um processo de coerção e, ao chegarem à Rússia ou aos territórios ocupados pela Rússia, eram frequentemente colocados em locais voltados para torná-los cidadãos russos e submetidos a esforços de reeducação. A Rússia defendeu as transferências por motivos humanitários.

O TPI disse ter concluído que havia "motivos razoáveis para acreditar que cada sustenham emitido os mandados, caberá à comunidade internacional aplicá-los. O tribunal não tem força policial própria para cumprir os mandados. "O TPI está fazendo sua parte do trabalho como um tribunal. Os juizes emitiram mandados de prisão. A execução depende da cooperação internacional."

O TPI não reconhece imunidade para chefes de Estado em casos envolvendo crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou genocídio. Mas as limitações do tribunal são bem conhecidas - embora possa indiciar chefes de Estado em exercício, não tem poder para prendê-los ou levá-los a julgamento, ao invés disso, depende de outros líderes e

governos para agir como seus policiais em todo o mundo. O caso mais proeminente foi o do presidente do Sudão, Omar Hassan al-Bashir, que foi indiciado pelo tribunal, mas não foi preso em outros países para onde viajou.



TPI: "Putin tem responsabilidade criminal individual pelos sequestros de crianças por ter cometido os atos diretamente"

frente no sul da Ucrânia.

"Os desenhos pregados na parede falavam de um contexto de amor e apoio que já existiu. Mas esta casa estava vazia, resultado da suposta deportação de crianças da Ucrânia para a Federação Russa ou sua transferência ilegal para outras partes dos territórios ocupados temporariamente", disse ele em um comunicado. "Como observei ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em setembro passado, esses supostos atos estão sendo investigados pelo meu escritório com prioridade. As crianças não podem ser tratadas como despojos de guerra".

E enquanto a Rússia rejeitou as alegações e mandados do tribunal como nulos e sem efeito, outros disseram que a ação do TPI terá um impacto importante.

"O TPI fez de Putin um homem procurado e deu seu primeiro passo para acabar com

a impunidade que encorajou os perpetradores na guerra da Rússia contra a Ucrânia por muito tempo", disse Balkees Jarrah, diretor associado de justiça internacional da Humans Rights Watch. "Os mandados enviam uma mensagem clara de que dar ordens para cometer, ou tolerar, crimes graves contra civis pode levar a uma cela de prisão em Haia."

O professor David Crane, que indiciou o presidente da Libéria Charles Taylor há 20 anos por crimes em Serra Leoa, disse que ditadores e tiranos em todo o mundo "estão agora cientes de que aqueles que cometem crimes internacionais serão responsabilizados, incluindo chefes de estado".

Taylor acabou sendo detido e levado a julgamento em um tribunal especial na Holanda. Ele foi condenado e sentenciado a 50 anos de prisão. "Este é um dia importante para a justiça e

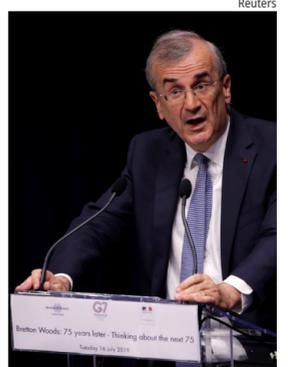
para os cidadãos da Ucrânia", disse Crane em um comentário por escrito à Associated Press na sexta-feira.

Na quinta-feira, uma investigação apoiada pela ONU citou ataques russos contra civis na Ucrânia, incluindo tortura sistemática e assassinato em regiões ocupadas, entre questões potenciais que equivalem a crimes de guerra e possivelmente crimes contra a humanidade.

A investigação também encontrou crimes cometidos contra ucranianos em território russo, incluindo crianças ucranianas deportadas que foram impedidas de se reunir com suas famílias, um sistema de "filtração" destinado a selecionar ucranianos para detenção e tortura e condições de detenção desumanas.

Mas na decisão de sexta-feira, o TPI colocou o rosto de Putin nas acusações de sequestro de crianças.

GESTÃO



Galhau: os bancos são sólidos

## Credit Suisse e UBS são contra fusão forçada

O Credit Suisse e o banco UBS são contra fusão forçada, de acordo com a agência de notícias Bloomberg. O UBS reluta a assumir riscos relacionados ao rival Credit Suisse e prefere se concentrar em sua estratégia de gestão de riqueza.

Diante de um cenário global de crises no sistema bancário - nos EUA, Silicon Valley Bank (SVB) e o Signature Bank quebraram na semana passada -, a aquisição do Credit Suisse por um sócio de peso é visto como uma saída para o conglomerado suíço superar a crise de credibilidade que enfrenta há anos e que ganhou novo capítulo na quarta-feira, 15.

Nomes como o do UBS e do J. Safra Sarasin, baseado na Suíça e controlado pela família Safra, são citados por analistas como possíveis compradores. O banco suíço enfrenta uma grande crise de desconfiança, com resultados ruins, desde o ano passado.

No final de julho, anunciou que reformularia seu banco de investimento e sairia de alguns outros negócios para se tornar uma instituição mais enxuta e menos arriscada, após desastres financeiros que incluíram um golpe de US\$ 5,1 bilhões em 2021 do cliente Archegos Capital Management.

Na terça, 14, o Credit Suisse havia dito ter identificado "fraquezas significativas" na divulgação de resultados financeiros dos últimos anos em função de controles internos ineficientes. Um relatório anual de 2022, o banco suíço disse que sua liderança, incluindo o CEO Ulrich Körner e o diretor financeiro Dixit Joshi, que começaram a trabalhar na instituição no ano passado, concluiu que seus controles não são eficientes.

Na quarta, 15, o banco anunciou a intenção de acessar uma linha de liquidez adicional fornecida à instituição pelo Banco Nacional da Suíça (SNB, o banco central do país) no valor de até 50 bilhões de francos suíços, ou US\$ 53,7 bilhões (R\$ 285 bilhões).

A dirigente do Banco Central Europeu (BCE), François Villeroy de Galhau afirmou que a elevação nos juros em 50 pontos-base decidida na quinta-feira pela instituição foi uma "forte mensagem de confiança" nos bancos europeus. Ele avaliou que os bancos europeus "não estão na mesma situação dos americanos".

Os bancos franceses e europeus "são extremamente sólidos", disse Villeroy de Galhau, também presidente do BC da França. Ele lembrou que as regras do setor são mais reforçadas na Europa, sobretudo desde a crise financeira de 2009.

De qualquer modo, ressaltou que, como dito na quinta pelo BCE, caso necessário serão usados os "instrumentos necessários para garantir a liquidez dos bancos" e a missão do banco central de zelar pela estabilização financeira.

Villeroy de Galhau comentou também o Credit Suisse. Segundo ele, trata-se de um "caso particular", por ter dificuldades em seu modelo de negócios e na lucratividade há vários anos.

Mas ele lembrou que o Banco Central da Suíça (SNB, na sigla em inglês) já ofereceu ajuda ao banco do país, que foi aceita pelo Credit Suisse.

ALTERNATIVA

# Controladora do Silicon Valley Bank, SVB Financial pede recuperação judicial

O SVB Financial Group, controladora do Silicon Valley Bank, entrou com pedido de recuperação judicial ("chapter 11") em um tribunal federal de Nova York, nos Estados Unidos.

A companhia informou que tem cerca de US\$ 2,2 bilhões em liquidez e avalia suas alternativas estratégicas para a SVB Capital, a SVB Securities e outros ativos e investimentos da empresa, os quais já estão "atraindo interesse significativo".

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, exortou o Congresso a fortalecer a capacidade do governo federal de responsabilizar a administração de bancos que entrem em colapso e sejam alvo de intervenção da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC). Ele diz isso à luz dos casos do Silicon Valley Bank

(SVB) e Signature Bank.

Em nota à imprensa, Biden pede por penalidades "mais duras" a altos executivos de bancos, além de um aumento na autoridade da FDIC para multar as gerências da SVB e da Signature Bank, com o intuito de diminuir as chances de que outros casos semelhantes ocorram futuramente.

A Fitch Ratings manteve a observação negativa do rating de crédito do First Republic Bank, mesmo após o socorro de US\$ 30 bilhões de 11 grandes instituições financeiras ao banco. Segundo a agência, a franquia e o perfil de liquidez da empresa continuam "significativamente enfraquecidos".

A empresa afirmou que continuará monitorando o financiamento e a liquidez do First Republic

Bank, analisando a estabilidade de diversos setores da instituição, como o impacto provocado nos depósitos de clientes e as tendências de liquidez disponíveis em fontes primárias e contingentes.

A agência comenta que a atual situação vista no banco americano já havia sido antecipada pela agência desde ano passado, revisando sua perspectiva do setor para "deterioração".

As bolsas da Europa fecharam na sexta-feira, 17, em queda, apesar de terem iniciado o pregão em alta, com bancos sob renovada pressão e deterioração em Wall Street. Em Londres, o FTSE 100, fechou em queda de 1,01%, em 7.335,40 pontos, enquanto o índice DAX, em Frankfurt, fechou em baixa de 1,33%, a 14.768,20 pontos. O

CAC 40, em Paris, caiu 1,43%, a 6.925,40 pontos, e o FTSE MIB, em Milão, registrou baixa de 1,64%, a 25.494,54 pontos. Já em Madri, o índice Ibex 35 caiu 2,01%, a 8.711,80 pontos. Por fim, na Bolsa de Lisboa, o PSI 20 recuou 2,42%, a 5.724,12 pontos. As cotações são preliminares.

Mais uma vez, grandes bancos lideraram as perdas no Velho Continente, como Barclays, que teve queda de mais de 1,5% em Londres, e Commerzbank, que caiu mais de 3% em Frankfurt. A baixa foi motivada pelo aumento do pessimismo de investidores diante do setor bancário, que voltou a cair hoje, acompanhando as persistentes dúvidas quanto ao First Republic Bank, apesar do anúncio de ajuda de 11 instituições.

A queda foi ainda acentuada pela notícia de que a controladora do Silicon Valley Bank (SVB) pediu recuperação judicial em tribunal federal de Nova York, fazendo com que Wall Street amargasse perdas, levando os índices europeus consigo.

Ainda, a notícia de que UBS e Credit Suisse seriam contrários a uma eventual fusão forçada fizeram com que o Credit Suisse caísse mais de 8%, em Zurique. Já o UBS teve queda de mais de 1%.

No radar de investidores, também está o índice de preços ao consumidor (CPI, pela sigla em inglês) da zona do euro, que desacelerou na comparação mensal de fevereiro. O núcleo, entretanto, subiu 0,8% no mesmo período, mas em linha com as previsões de analistas.

## LEI DAS ESTATAIS

## Mendonça reage a Lewandowski e devolve processo ao Plenário

A manobra não é usual: os pedidos de vista tendem a ser consideravelmente mais demorados, tanto que o STF alterou o regimento interno no final do ano passado

**O** julgamento sobre a indicação de políticos para estatais teve mais uma reviravolta no Supremo Tribunal Federal (STF). O novo capítulo passa por uma queda de braço entre os ministros Ricardo Lewandowski e André Mendonça.

O processo pode flexibilizar as restrições para a nomeação de políticos a cargos de comando em empresas públicas. As regras estão previstas na Lei das Estatais, aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) para impedir o uso das indicações como moeda de troca no jogo político. A ação é movida pelo PCdoB.

O relator do processo é o ministro Ricardo Lewandowski, que está prestes a deixar o tribunal porque completa 75 anos - idade limite para ocupar uma cadeira na Corte. Ele suspendeu nesta quinta-feira, 16, o trecho da lei, abrindo caminho para as indicações políticas.

Na prática, ao decidir monocraticamente, Lewandowski 'furou' o colega André Mendonça. Isso porque Mendonça havia pedido mais tempo para analisar o caso. Ele fez isso por meio do instrumento chamado 'pedido de vista', uma prerrogativa de todos os ministros do tribunal.

Quando há um pedido de vista, a análise do processo é travada. Via de regra, a ação só volta a ser pautada pela presidência do STF depois que o ministro libera os autos ou se passarem mais de 90 dias.

O pedido de vista de André Mendonça foi feito na semana passada, quando o julgamento da ação foi iniciado no plenário virtual do Supremo. Isso quer dizer que ele poderia engavetar a ação no próprio gabinete até junho, ou seja, até depois da aposentadoria de Lewandowski. O processo continuaria no acervo para o sucessor.

Lewandowski decidiu usar

os poderes de relator com a justificativa de que há 'excepcional urgência' no caso e 'perigo de lesão irreparável, porque as assembleias para eleição de diretores e membros do conselho de administração das estatais estão marcadas para o final de abril.

O ministro também submeteu a própria decisão ao plenário, o que na prática força a retomada da discussão no colegiado, ainda que em caráter liminar (provisório). O julgamento da decisão monocrática de Lewandowski foi marcado no plenário virtual para os dias 31 de março a 14 de abril.

Em um intervalo de menos de quatro horas veio a reação: André Mendonça liberou o processo para julgamento, no mérito, o que significa que a decisão do plenário não será provisória, sobre a suspensão nas normas da Lei das Estatais, mas definitiva, sobre a constitucionalidade dessas regras.

A manobra não é usual: os pedidos de vista tendem a ser consideravelmente mais demorados, tanto que o STF alterou o regimento interno no final do ano passado para determinar que os processos serão liberados automaticamente para inclusão em pauta se o prazo de 90 dias para devolução da vista não for respeitado.

Há ainda uma outra variável em disputa: a modalidade do julgamento. Interlocutores do ministro Ricardo Lewandowski avaliam que ele gostaria de manter a votação no plenário virtual, longe da TV Justiça e da opinião pública. Mas se algum ministro pedir destaque, a votação precisa ser transferida para o plenário físico.

Lewandowski tirou da pauta na quinta também um julgamento que pode resultar na anulação dos mandatos de sete deputados federais. A análise teria início na sexta, 17, no plenário virtual, mas foi remarcada para a próxima sexta-feira, 24.

Lewandowski é relator de três ações sobre o tema que



O pedido de vista de André Mendonça foi feito na semana passada, quando o julgamento da ação foi iniciado

serão julgadas em conjunto. O PP, a Rede, o PSB e o Podemos questionam mudanças no Código Eleitoral que tornaram mais rígida a distribuição das sobras eleitorais. Eles pedem que todos os partidos que participaram das eleições, independentemente do quociente eleitoral, sejam incluídos na distribuição das vagas das sobras eleitorais.

Se as mudanças forem consideradas inconstitucionais pela Corte, devem perder o mandato os deputados Sílvia Waiãpi (PL), Sonize Barbosa (PL), Professora Goreth (PDT) e Dr. Pupio (MDB) no Amapá, além de Gilvan Máximo (Republicanos-DF), Lebrão (União Brasil-RO) e Lázaro Botelho (PP-TO).

As sobras são vagas não preenchidas pelos critérios do sistema

proporcional. Para os cargos proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores), os votos são contabilizados para os partidos, não somente para os candidatos. Mesmo se tiver votação expressiva, um candidato só será eleito se o partido angariar votos equivalentes a 10% do quociente eleitoral - divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa (no caso da Câmara dos Deputados, 513).

Desde 2022, para ocupar uma dessas vagas, é preciso que o partido atinja pelo menos 80% do quociente eleitoral, e o candidato deve ter atingido pelo menos 20%. Antes, todos os partidos que participaram das eleições podiam participar da distribuição das sobras, independentemente do número de votos.

A Rede alega que as mudanças impõem um "distritão à força" - sistema rejeitado pelo Congresso em 2021. O PSB e o Podemos também argumentam que essa forma de cálculo pode levar a distorções do sistema proporcional, como um partido ficar com todas as vagas. As legendas apontam que apenas 28 dos 513 deputados se elegeram com seus próprios votos ou atingiram o quociente eleitoral, e os 485 restantes se beneficiaram dos votos dos "puxadores" de seus partidos.

Na última quarta-feira, a ministra Cármen Lúcia recebeu em reuniões e seminário empresarial preparado pela Apex Brasil com empresários chineses. O foco são os chefes das empresas estatais chinesas que podem fazer investimentos no Brasil. Além dos órgãos governamentais, a preparação passa por interlocutores de entidades privadas, como o Lide China, o Conselho Empresarial Brasil-China e o Ibrachina.

evento não tenha um formato de rodada de negócios. Na prática, eles pagarão as próprias despesas, mas podem ser escalados pelo governo para falar em apresentações e ter assento em reuniões e seminário empresarial preparado pela Apex Brasil com empresários chineses. O foco são os chefes das empresas estatais chinesas que podem fazer investimentos no Brasil. Além dos órgãos governamentais, a preparação passa por interlocutores de entidades privadas, como o Lide China, o Conselho Empresarial Brasil-China e o Ibrachina.

A comitiva já tem 32 parlamentares brasileiros, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Do Senado, estarão presentes o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Renan Calheiros (MDB-AL), e Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, também embarcará para Pequim.

## PARCERIAS

## Visita de Lula à China abre disputa entre empresários por vaga em megacomitiva

Empresários brasileiros disputam vaga na comitiva que acompanhará a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, no fim deste mês. A visita de Estado pretende intensificar os negócios com o país asiático, após um período de ruídos diplomáticos no governo Jair Bolsonaro, e se tornou a mais cobiçada por agentes econômicos nos últimos anos. A lista da megacomitiva tem cerca de 200 empresários, de 140 setores, toda a cúpula do Congresso, governadores e ao menos seis ministros.

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que Lula lhe perguntou quais eram os setores mais relevantes para a viagem à China. "Eu disse: 'Olha, é difícil saber qual área não é importante'", respondeu Alckmin, que também comanda o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Do agronegócio à mineração, passando por aeronáutica, indústria e tecnologia e construção civil, são muitos os setores que querem acompanhar a comitiva ao país asiático, de

26 a 30 deste mês. "É um overbooking de empresários", comparou Alckmin.

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, com superávit a favor do País de US\$ 61,8 bilhões em 2022. Mas há interesse brasileiro em mudar o perfil, baseado na exportação de commodities e importação de manufaturados, com o objetivo de gerar mais empregos para brasileiros. Diplomatas dizem que uma lista de acordos em diferentes áreas de cooperação está em discussão para ser firmada, entre elas uma iniciativa ambiental.

Os chineses têm acenado com investimentos na indústria automobilística nacional, com a expectativa de aquisição da antiga fábrica da Ford em Camaçari (BA) pela BYD. Há interesse em ampliar as exportações de carne ao país, o que explica a presença na comitiva de grandes frigoríficos, a fim de ter novas plantas habilitadas. A Embraer reforçou a ofensiva para vender a linhas aéreas chinesas seu mais moderno avião comercial, um jato de médio porte 190 E2.

A dimensão da comitiva expõe o interesse comercial e político. Lula será o primeiro líder político latino-americano recebido por Xi Jinping, recém-reeleito pelo Parlamento chinês para um terceiro mandato inédito. O petista também será recebido pelo primeiro-ministro Li Qiang. Do ponto de vista geopolítico, Lula quer discutir com Xi Jinping o fim da guerra na Ucrânia.

A reportagem apurou que a comitiva empresarial terá representantes dos setores de infraestrutura, bancos, agronegócio, proteína animal, alimentos, roupas e calçados, telecomunicações, além de inovação digital. Entre as empresas que irão à China estão JBS, Marfrig, Vale, Embraer, Suzano e os bancos Bradesco e Marka.

"Vai se retomar com muita força essa relação Brasil-China, coisa que no governo Bolsonaro foi tratada com negligência. O embaixador chinês passou mais tempo aqui tendo problemas com piadas de mau gosto, aquilo foi danoso à economia", disse Jorge Viana, pre-

## MERCOSUL

## Alckmin e representante da UE falam em acelerar acordo

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, se reuniu na sexta-feira (17) com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, para tratar das relações entre o Brasil e o bloco europeu, além do acordo multilateral com o Mercosul. Na ocasião, as duas lideranças reafirmaram a intenção de acelerar o acordo entre os blocos econômicos. O encontro ocorreu durante o lançamento do Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-União Europeia, estudo publicado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília.

Alckmin destacou que a União Europeia (UE) é o maior investidor do mundo no Brasil e que pretende fortalecer essa parceria por entender que os europeus compartilham valores e princípios, como o do desenvolvimento sustentável, inclusivo e com estabilidade. A negociação entre os países do Mercosul e da União Europeia começou em 1999, mas só avançou em 2019, após a conclusão das questões comerciais e de aspectos políticos e de cooperação.

Atualmente, o tratado comercial está em fase de revisão. Segundo Margrethe Vestager, a conclusão do acordo é uma prioridade para a Comissão Europeia. "Para nós, finalizar as negociações do acordo Mercosul União Europeia é absolutamente prioritário. É um momento muito importante para acelerar a finalização e este é o momento para fazer as coisas acontecerem", afirmou a enviada da Comissão Europeia.

A vice-presidente executiva disse ainda que 50% do investimento estrangeiro direto no Brasil é de origem europeia e que se orgulha em ver a quantidade de empresas do continente atuando no país. "Esperamos desenvolver parcerias estratégicas, entre elas a de mineração sustentável. Vamos deixar pra trás a mineração antiga, em que ocorria a exploração franca e clara da natureza e das pessoas, em particular deslocando e retirando as matérias-primas dos locais explorados, agora em busca de um equilíbrio muito mais adequado, no qual o compartilhamento do valor agregado obtido seja feito de modo mais adequado e justo", disse.

Nesse contexto, Alckmin destacou os esforços do governo brasileiro para recolocar o país "no combate às mudanças climáticas, desmatamento ilegal zero, transição energética, descarbonização e hidrogênio verde". Nas próximas semanas deve ser agendada uma visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Brasil. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as negociações deverão ser "intensificadas" a partir de agora.

O Mapa de Investimentos Bilaterais Brasil - União Europeia, publicado durante o encontro entre o vice-presidente e a representante da UE, consiste no levantamento e na análise de dados oficiais e de anúncios de novos projetos que traçam um panorama da relação de investimentos entre as duas regiões. O estudo mostra a distribuição desses investimentos entre os Estados-Membros do bloco e, também, nos estados brasileiros, provendo informações de nível setorial.

Esta é a segunda versão do levantamento que, a partir de uma análise de cenário realizada pelo setor de Inteligência de Mercado da ApexBrasil, mapeia as oportunidades de negócios mais promissoras entre o bloco e o país. Nessas análises, são encontradas informações relativas a projetos, valores e empregos decorrentes de operações de investimento de empresas estrangeiras no Brasil e brasileiras no exterior. O objetivo é traçar um panorama da relação de investimentos.

ESCLARECIMENTO

# Comissão do Senado vai chamar embaixador da Arábia Saudita

## Renan quer saber por que a entrega dos presentes não seguiu o tradicional rito diplomático, com a liturgia que essas tradições normalmente envolvem

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado decidiu chamar o embaixador da Arábia Saudita para ajudar a esclarecer o caso das joias de diamantes que o regime saudita deu para o então presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle Bolsonaro, em outubro de 2021, e que acabaram retidos pela alfândega do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, durante a tentativa do governo Bolsonaro de ingressar ilegalmente com os itens no País.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), que vai presidir a comissão pelos próximos dois anos, afirmou que vai apresentar o requerimento nos próximos dias, para convidar o embaixador da Arábia Saudita para prestar esclarecimento. Desde dezembro do ano passado, o embaixador do Reino da Arábia Saudita no Brasil passou a ser Faisal bin Ibrahim Ghulam.

Quando os presentes sauditas avaliados em cerca de R\$ 16,5 milhões foram dados pelo regime árabe aos Bolsonaro, o embaixador do Arábia Saudita no Brasil era Ali Abdullah Bahitham. No dia 25 de outubro de 2021, enquanto o então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e sua comitiva recebiam os pacotes de presentes no lobby de um hotel em Riade, antes de partirem para o aeroporto, Bolsonaro estava na casa de Ali Abdullah Bahitham. A comissão quer entender, por exemplo, por que a entrega dos presentes não seguiu o tradicional rito diplomático, com a liturgia que essas tradições sempre envolvem, e foi realizada em uma saída de hotel, quando a comitiva do governo Bolsonaro partia, improvisando a alocação daqueles itens em suas bagagens.

"Queremos botar um foco nessa questão e fazer o que for recomendável. O ideal é que seja uma audiência pública. Eu vou olhar atentamente para que essa providência seja apresentada", disse Renan. "Dentro do limite de competência destama região nobre de Brasília, acompanhado de seu filho Flávio Bolsonaro, diplomatas de países do Oriente Médio e membros do Conselho de Cooperação do Golfo.

A comissão quer entender, por exemplo, por que a entrega dos presentes não seguiu o tradicional rito diplomático, com a liturgia que essas tradições sempre envolvem, e foi reali-



Renan Calheiros: "queremos botar um foco nessa questão e fazer o que for recomendável. O ideal é que seja uma audiência pública"

JOIAS

## Nova denúncia pede apuração de crime de peculato por Bolsonaro

Uma nova representação apresentada ao Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal pede a abertura de investigação para que seja apurado possível crime de peculato pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A notícia-crime também mira a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e o ex-chefe da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes.

O pedido de investigação foi encaminhado no dia 7 de março ao MPF-DF pela deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP). É provável que essa representação da parlamentar seja encaminhada para o MPF de Guarulhos (SP), que já tinha sido acionado pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP). Os procuradores de São Paulo já receberam documentos e provas colhidas sobre o caso e, agora, avaliam a abertura de um procedimento de investigação.

Ambas as acusações se baseiam em todas as iniciativas que Bolsonaro mobilizaria para tentar, de alguma forma, retirar as joias de diamantes estimadas em cerca de R\$ 16,5 milhões e que acabaram retidas na alfândega do aeroporto de Guarulhos, quando a comitiva do governo tentava entrar ilegalmente com os itens no País.

"Há duas versões dos fatos: a primeira, na qual os presentes recebidos seriam personalíssimos da ex-primeira-dama e do ex-Presidente da República; a segunda, na qual seriam os presentes destinados ao acervo do Governo Brasileiro", afirma a deputada Luciene Cavalcante, na notícia-crime enviada à 5ª Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Caso se confirme a primeira versão, diz Cavalcante, houve crime de desca-minho (artigo 334 do Código Penal), quando da não declaração dos bens na entrada do país com o pagamento dos impos-

tos devidos, além dos crimes de advocacia administrativa (artigo 321 do Código Penal) e tráfico de influência (artigo 332 do Código Penal), por causa da utilização de cargo público pelos assessores, ministros e secretário da Receita Federal para favorecimento pessoal.

"Caso se confirme a segunda versão, de que as joias eram destinadas ao acervo da Presidência da República, pode-se citar o crime de peculato (artigo 312 do Código Penal), quando da tentativa de apropriação pessoal de bens públicos", declarou a parlamentar, pedindo que os denunciados sejam investigados pelas "condutas descritas eivadas de imoralidade, desarrazoabilidade e prejuízo aos cofres públicos".

O caso é apurado paralelamente pela Polícia Federal, Controladoria Geral da União, Comissão de Ética da Presidência da República, Tribunal de Contas da União e Receita Federal.

zada em uma saída de hotel, quando a comitiva do governo Bolsonaro partia, improvisando a alocação daqueles itens em suas bagagens

"Queremos botar um foco nessa questão e fazer o que for recomendável. O ideal é que seja uma audiência pública. Eu vou olhar atentamente para que essa providência seja apresentada", disse Renan. "Dentro do limite de competência desta comissão, vamos botar um lupa sobre essa assunto e ajudar a

esclarecer as dúvidas."

Desde o dia 3 de março, a reportagem procurou um posicionamento da embaixada árabe no Brasil e, também, da embaixada brasileira em Riade, mas não obteve nenhum retorno.

A tentativa do governo Bolsonaro de entrar ilegalmente no País com joias milionárias apresentadas pelo regime da Arábia Saudita será investigada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e

Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado. A informação foi dada pelo presidente da comissão CTFC, Omar Aziz (PSB-AM). O parlamentar pretende direcionar os esforços da comissão para apurar negócios que foram fechados entre empresas do Oriente Médio durante a gestão Bolsonaro.

"É papel do Senado Federal a responsabilidade de apurar qualquer desvio de conduta de servidores públicos, seja ele um ministro ou presidente", disse

Aziz. "Essa é uma história mal contada, em que um ministro foi o portador de uma joia valiosa, que deveria ser do povo brasileiro, mas que ele disse que iria para a primeira-dama. Temos que apurar isso."

Fora do Congresso, o caso já é apurado pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Comissão de Ética da Presidência da República, Tribunal de Contas da União e Receita Federal.

eles 'Ramiro dos Caminhoneiros', Randalfo Antonio Dias, Renan Silva Sena e Soraia Baccio.

Na segunda etapa da força-tarefa, policiais prenderam, em Uberlândia (MG), o extremista Antônio Cláudio Alves Ferreira, filmado destruindo um relógio histórico no Palácio do Planalto.

A terceira fase da operação prendeu cinco pessoas, incluindo a idosa Maria de Fátima Mendonça, de 67 anos, que viralizou ao dizer em um vídeo que ia 'pegar o Xandão'. O sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro, conhecido como Léo Índio, foi alvo de buscas na mesma etapa.

No dia 3 de fevereiro, a PF abriu a quarta fase ostensiva da investigação e prendeu o empresário conhecido como Márcio Furação, que se filiou ao participar da invasão ao Palácio do Planalto, e o sargento da Polícia Militar William Ferreira da Silva, conhecido como 'Homem do

Tempo', que fez vídeos subindo a rampa do Congresso Nacional e dentro do STF.

Na quinta etapa da operação, quatro oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal foram presos suspeitos de convivência com os bolsonaristas radicais que invadiram os prédios do Planalto, Congresso e STF. Um deles é o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, que era chefe do Departamento Operacional da corporação, setor responsável pelo planejamento da operação de segurança para o 8 de janeiro. Ele estava de licença no dia do ataque e foi afastado do cargo pelo então interventor federal Ricardo Cappelli.

A sexta fase da ofensiva foi aberta no último dia 14 e prendeu preventivamente seis radicais, além de vasculhar 13 endereços de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo.

MOVIMENTO

## Juízes querem boicotar volta ao trabalho presencial

Em reação à volta do trabalho presencial, um grupo de juízes passou a colher assinaturas para uma "carta aberta" contra a medida. Eles defendem o descumprimento de determinações do Conselho Nacional de Justiça e de tribunais de todo o País. Os magistrados pretendem fazer uma manifestação na frente do conselho, em Brasília, e estudam judicializar normas com restrições ao home office após a redução drástica de casos de covid-19.

O movimento preocupa ministros das Cortes Superiores e conselheiros do CNJ, que avaliam abrir apuração disciplinar sobre a conduta dos envolvidos. A carta, que tem sido compartilhada em grupos no WhatsApp, não tem um autor declarado. As assinaturas são mantidas em segredo. O grupo se denomina "Respeito à Magistratura" e afirma ser integrado por 800 juízes estaduais, federais e trabalhistas.

O manifesto foi elaborado coletivamente pelos participantes. O grupo afirma ter deliberado por "orientar" que se deixem de cumprir "atos administrativos manifestamente ilegais que violem a Lei Orgânica da Magistratura".

A reportagem apurou que um dos juízes do grupo é Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, da 71ª Vara do Trabalho de São Paulo. Ele confirmou a articulação e disse que "qualquer manifestação do grupo somente será realizada após a adesão mínima de 500 juízes".

Professor e ex-presidente da Associação de Magistrados do Trabalho de São Paulo (Amatra-2), Farley defendeu publicamente o trabalho remoto - em artigo no Consultor Jurídico (ConJur) e em redes sociais. Na internet, ele divulgou foto de uma sentença prolatada às 4h30: "O Judiciário não é um prédio, é um serviço". No formulário do "Respeito à Magistratura", juízes dizem "denunciar" que a independência funcional foi violada pelas regras do CNJ, por se exigir, "sem observância das peculiaridades inerentes às mais diversas características de cada jurisdição, uma agenda de comparecimento dos magistrados à unidade jurisdicional".

Os magistrados afirmam no documento que vão acionar associações de classe para contratar advogado e enviar parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Há menção à possibilidade de mover ações na Corte, caso não haja uma solução "negociada". Os juízes falam em convocar "assembleias regionalizadas para debater possível alerta de paralisação dos serviços judiciários".

O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, disse que essa resistência é "intolerável". Segundo ele, 96% dos magistrados e 82,8% dos servidores estão trabalhando de forma presencial. "O retorno físico dos magistrados e servidores atende a demandas da sociedade e dos tribunais, sendo intolerável qualquer resistência por parte de agentes de Estado ao comando exarado pelo CNJ", afirmou Salomão. A reportagem apurou que a carta chegou à cúpula do Judiciário.

Na visão do presidente do Tribunal de Justiça de Goiás e do Conselho dos Presidentes dos TJs, Carlos França, o grupo é minoria entre os mais de 15 mil membros do Judiciário no Brasil. "O magistrado tem de estar na comarca, conhecer sua unidade judiciária, conviver com a sociedade local, estar disponível para falar com advogados e para audiências na sua comarca", afirmou o desembargador. "Ele (o juiz) representa o Estado naquela localidade."

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) defendeu "um modelo híbrido, que leve em consideração as particularidades de cada região e permita que a tecnologia seja usada em favor do cidadão e para dar eficiência à Justiça".

ATO GOLPISTA

## PF prende mulher que pichou estátua da Justiça

A Polícia Federal (PF) abriu na manhã de sexta-feira, 17, a oitava fase da Operação Lesa Pátria, com o objetivo de prender 32 investigados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro, quando as sedes dos três Poderes foram invadidas e depredadas. Agentes ainda vasculham 46 endereços de nove Estados e do Distrito Federal.

Entre os alvos da nova etapa ostensiva das investigações está uma mulher apontada como responsável por pichar a estátua da Justiça localizada em frente ao Supremo Tribunal com a frase 'perdeu, mané'. A inscrição faz referência à res-

posta do ministro Luís Roberto Barroso a bolsonaristas que o hostilizaram durante viagem aos Estados Unidos.

Ela foi alvo de mandado de prisão, assim como um homem apontado como responsável por levar, da Câmara dos Deputados, a bola assinada pelo jogador Neymar. É a maior etapa ostensiva do inquérito, em volume de mandados.

As ordens de prisão e autorizações de busca e apreensão foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A operação acontece simultaneamente nos Esta-

dos da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo e no Distrito Federal.

Os investigados podem responder pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

A primeira fase da Operação Lesa Pátria, no dia 20 de janeiro, prendeu cinco suspeitos de participação, incitação e financiamento nos atos golpistas. Entre

## SALTO REVOLUCIONÁRIO

# BNDES bloqueia o financiamento de proprietários rurais que desmataram

Mercadante adiantou que os bloqueios de financiamentos vão ser a linha do banco daqui para frente, que será implacável e não aceitará mais empresários criminosos que desmatam e têm crédito

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) bloqueou R\$ 25 milhões em recursos de financiamento de 58 proprietários rurais envolvidos com desmatamentos irregulares.

Para verificar quem são os desmatadores ilegais, o banco tem usado dados de monitoramento do MapBiomas desde fevereiro deste ano. A ferramenta dotada de mapas de georreferenciamento aponta com precisão como está a cobertura e o uso do solo, em cada um dos biomas do país. A tecnologia permite detectar diariamente a derrubada de árvores.

O BNDES cruza, então, as informações do MapBiomas com os registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para localizar os imóveis rurais. Antes de determinar o bloqueio, o BNDES confere, também, se existe autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o desmatamento legal da área identificada. Em caso negativo, o bloqueio do financiamento é realizado imediatamente.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, avaliou as vantagens da tecnologia empregada. "É inquestionável porque é imagem. Como questionar? É muito mais eficiente usar a tecnologia do que simplesmente mandar o fiscal descer na área, andar na propriedade, identificar problemas. A imagem de satélite é um salto revolucionário, é uma tecnologia disruptiva".

Mercadante adiantou que os bloqueios de financiamentos vão ser a linha do banco, daqui para frente. "O BNDES vai ser implacável. Nós não aceitamos mais empresários criminosos que desmatam e têm financiamento em bancos públicos e também privados, porque estamos trabalhando com vários parceiros".

Somente no primeiro mês da parceria com o MapBiomas, o BNDES bloqueou cerca de R\$



Desmatamento: os estados com os maiores bloqueios de crédito rural foram Tocantins, Pará, Rondônia, Paraná e Minas Gerais, com ocorrências em outras unidades da federação

25 milhões destas 58 propriedades rurais, equivalentes a 1,3 mil campos de futebol. Os nomes dos proprietários não foram divulgados porque os processos seguem em sigilo bancário.

Contudo, o BNDES confirma que a maior parte das terras são unidade produtoras de soja e milho. De acordo com o banco, em fevereiro, os estados com os maiores bloqueios de crédito rural foram Tocantins, Pará, Rondônia, Paraná e Minas Gerais, com ocorrências em outras unidades da federação.

Do total de proprietários que perderam a concessão de crédito rural, três recorreram da decisão. As defesas alegam que possuíam licenças estaduais para desmatar. O BNDES vai analisar as documentações

apresentadas nos recursos. Se houver fundamento legal, o financiamento volta a ser autorizado.

O presidente Mercadante destaca que a próxima etapa é, justamente, firmar parcerias com os governos estaduais para receber essas informações.

"Temos o desafio de ter acesso às informações de autorizações de desmatamento dos órgãos estaduais. Na próxima etapa, em um primeiro momento, vamos fazer um acordo com os estados da Amazônia, depois, com os outros biomas para a gente ter uma checagem completa".

O BNDES envia ao Ibama as imagens de satélite do MapBiomas com a identificação das irregularidades. O obje-

tivo é dar suporte ao instituto para tomar as providências cabíveis para enfrentar o desmatamento ilegal, como multas e exigência de reparação dos danos.

Para voltar a ter acesso ao crédito rural, a propriedade onde foi detectada a ilegalidade precisará regularizar e reparar os danos à área devastada, perante os órgãos de controle ambiental.

Mercadante revelou que o pioneirismo da ação está sendo apresentado pela diretoria do BNDES, durante assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ocorre no Panamá entre 16 e 19 de março.

"Nós estamos dispostos a assessorar, repassar e trabalhar em parceria. Seria muito

bom, por exemplo, para os países da região amazônica usarem o mesmo instrumento. Isso seria um impacto muito grande, inclusive muito bem recebido pela comunidade internacional".

"A crise climática não vai ser revertida, se o sistema financeiro não mudar. Se quem tem dinheiro e financia a economia não mudar os critérios de financiamento, a humanidade está em risco".

Em sua gestão à frente do BNDES, Aloizio Mercadante quer aumentar os investimentos do BNDES para o Brasil reduzir os impactos ambientais das mudanças climáticas. Ele citou o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.

"Nós temos uma responsabilidade única. Ao mesmo

tempo que nós temos que ter rigor e combater o desmatamento no Brasil, as emissões dos gases de efeito estufa, isso vai permitir atrair mais financiamentos, investimentos e alternativas. É o caso do Fundo Amazônia".

O Fundo Amazônia já recebeu R\$ 3,3 bilhões em doações, com R\$ 1 bilhão da Noruega e R\$ 200 milhões vindos da Alemanha. Mercadante ressalta que o Reino Unido e os Estados Unidos já manifestaram interesse em colaborar para o fundo.

No total, o fundo acumula cerca de R\$ 5,4 bilhões, com R\$ 1,8 bilhão já contratados para financiar projetos de preservação socioambiental. O restante ainda está disponível, conforme edital do banco).

## INVESTIMENTOS

## Ministra da Saúde afirma que é preciso discutir logo o financiamento do SUS

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse na sexta-feira (17), no Rio de Janeiro, que é preciso discutir o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ela, o tema é importante para que se garanta a efetivação do direito de toda a população à saúde.

"O gasto per capita da iniciativa privada é quatro vezes superior ao gasto per capita público do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse fato torna-se mais agudo com os aprendizados da pandemia, em que o próprio papel do sistema foi tão abordado de forma positiva", disse, durante evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Temos um sistema de saúde universal com problema de financiamento e com os desafios de estar encarando uma transição demográfica e

epidemiológica".

A ministra disse que é importante também haver investimentos contínuos em ciência, tecnologia e inovação em saúde.

"Em todo o mundo, falou-se muito que as vacinas contra a covid-19 foram desenvolvidas em tempo recorde. Na verdade, se não houvesse investimentos anteriores não haveria essas vacinas. O caso da Universidade de Oxford - que produziu a vacina com o laboratório AstraZeneca - foi fruto de investimentos de dez anos contínuos no desenvolvimento de vacinas", explicou.

Para Nísia Trindade é necessário que os cientistas mudem a forma de se comunicar com as pessoas, a fim de diminuir a desconfiança que parcelas da população têm em relação à ciência.

"Há uma necessidade de mudarmos a própria forma de comunicarmos a ciência. Ciência não é matéria de opinião. É matéria de construção a partir de evidências e consensos entre os pares cientistas. Isso é fundamental para a relação entre saúde e democracia. Nós nos baseamos na evidência científica, mas precisamos fazer uma construção coletiva".

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou uma nota na sexta-feira (17) na qual atesta que as vacinas bivalentes BA.1 e BA.4/BA.5 contra a covid-19, produzidas pela empresa Pfizer, estão dentro do prazo de validade e, portanto, podem ser utilizadas com segurança. No documento, a Anvisa destaca que os imunizantes podem ser utilizados dentro do prazo de 18 meses,

a partir da data de fabricação dos produtos.

"Anteriormente aprovadas para uso em até 12 meses, essas vacinas passaram por um rigoroso processo de avaliação técnica da agência de estudos de estabilidade, antes da aprovação da ampliação do prazo de validade", diz a nota.

A avaliação dos dados dos estudos demonstrou ainda, segundo a Anvisa, não haver alteração nas especificações de qualidade das vacinas no período adicional ao prazo anteriormente autorizado.

"As vacinas são seguras, eficazes e podem ser utilizadas pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, conforme os estudos de estabilidade avaliados e aprovados pela Agência", garante a diretora Meiruze Sousa Freitas.

Sobre a ampliação do prazo de validade, a Anvisa ressalta que ela é permitida mediante medidas de comunicação e de rastreabilidade dos lotes, adotadas pela Pfizer. Entre essas medidas está a inclusão, no portal eletrônico da Pfizer e no portal eletrônico da Anvisa, da listagem de todos os lotes disponíveis no Brasil e dos seus respectivos prazos de validade, para consulta dos cidadãos e profissionais de saúde envolvidos na aplicação das vacinas. Os cuidados de conservação não sofreram alterações.

As vacinas bivalentes da Pfizer oferecem proteção contra a variante original do vírus causador da covid-19 e contra as cepas que surgiram posteriormente, incluindo a Ômicron, variante de preocupação no momento.

Essas vacinas foram autorizadas para uso como dose de reforço na população a partir de 12 anos. A Anvisa reforça que a imunização continua sendo essencial no combate à covid-19, especialmente na prevenção de casos graves e mortes.

Essa semana o Ministério da Saúde divulgou nota informando que perdeu de milhões doses de vacinas contra a covid-19. Segundo a pasta, isso aconteceu pelo fato de o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro ter negado à equipe de transição informações sobre estoques e validade de vacinas.

"Ao todo, incluindo o quantitativo perdido em 2023, o desperdício de vacinas contra a covid-19 chegou a 38,9 milhões de doses desde 2021. Um prejuízo de cerca de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos", informou a pasta.

Segundo a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro não compartilhou dados sobre os estoques com a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a transição de governo.

## RECONHECIMENTO FACIAL

## Escolas começam a instalar câmeras para controlar faltas de alunos

Sob o argumento de aumentar a segurança dos alunos e combater a evasão, escolas públicas começaram a instalar equipamentos de reconhecimento facial, à semelhança do que já ocorre em aeroportos e outras áreas de grande circulação. A iniciativa ainda é incipiente, mas já chegou a redes de ensino em cidades da Bahia, de Santa Catarina, do Rio e outros Estados. Apesar das promessas de eficiência contra a prática de "matar aulas", especialistas alertam sobre os riscos.

Levantamento elaborado pela InternetLab - centro independente que pesquisa ações nas áreas de tecnologia, direitos e políticas públicas - apontou que ao menos 15 cidades, em todas as regiões do País, já usam a tecnologia. O grupo mapeou utilização de sistemas de reconhecimento facial em escolas de cidades de Bahia, Ceará, Goiás, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Tocantins.

Segundo o trabalho, quase todas as iniciativas partem dos municípios, "por meio de contratos públicos firmados com empresas nacionais que oferecem serviços de tecnologia". A exceção é o Estado de Tocantins, que investiu no recurso para a capital, Palmas.

Um dos exemplos vem de Angra dos Reis, na Costa Verde, no sul fluminense. Lá, a rede municipal retomou as atividades no início de fevereiro, quando passou a cadastrar os rostos de todos os alunos. A partir daí, para ingressarem nas unidades de ensino, precisam fazer check-in em um equipamento de reconhecimento facial.

A Secretaria de Educação, Juventude e Inovação informou ter investido R\$ 1,17 milhão na implementação do sistema. Ao todo, 89 escolas compõem a rede de Angra.

O reconhecimento facial deverá atingir 17,3 mil alunos do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Segundo a pasta, o sistema visa a combater a ausência das aulas e a evasão escolar. "Os estudantes são cadastrados no equipamento que chamamos de 'coletor de imagens' e diariamente se reportam a ele para cômputo de sua chegada. Caso o estudante não registre sua frequência até o fim do período de tolerância, o equipamento emite mensagem SMS para o telefone do responsável

que está cadastrado no sistema, informando a ausência", diz o secretário de Educação, Paulo Fortunato. A reportagem questionou o Ministério da Educação, que não soube informar sobre o assunto.

Mas a ausência de estudos prévios em casos de cidades que adotaram a tecnologia é criticada por Bárbara Simão, coordenadora da área de Privacidade e Vigilância do InternetLab. "A falta de estudos demonstra que é uma aposta, sem um respaldo técnico que aponte porque o reconhecimento facial é melhor do que outras possibilidades para sanar os problemas apresentados", afirma a pesquisadora. "Seria importante que o poder público fizesse essa avaliação de impacto de antemão. O que a gente percebe não é que o poder público está mal intencionado ao usar essa tecnologia. Acho que é um desconhecimento em relação a esses riscos que apresenta", diz.

O InternetLab alerta que "tecnologias de reconhecimento facial não são imunes a erros e falhas significativas". "Há diversos estudos que pontuam como são menos precisas quando o público-alvo da ferramenta são pessoas não pertencentes ao gênero masculino ou não brancas, uma vez que são treinadas por meio de bancos de dados fracos em termos de diversidade de gênero, raça e registros culturais".

Já para Luiz Felipe Ribeiro, pesquisador especializado em computação visual e simulações interativas em tempo real do Instituto Tércio Pacitti da UFRJ e favorável ao sistema, isso deve se tornar uma tendência. "Em outros países, como Estados Unidos e Israel, já é bastante difundido principalmente pela questão da segurança", afirma. "Mas há algumas discussões que devem ser consideradas, como a salvaguarda desses sistemas, como eles estão sendo tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, no caso das escolas, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)", diz.

Por isso, deve-se ter a segurança como prioridade. "Imagine um banco de dados com crianças, com identificação delas, nomes, rostos. Eventual vazamento disso seria gravíssimo", alerta ele. "Esses sistemas, ainda mais quando se fala de crianças, devem ser extremamente seguros."

**GEARBULK MARÍTIMA LTDA.**  
CNPJ/MF nº 30.502.678/0001-33 - NIRE nº 33.2.0022761-8  
**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2023.** 1. **Data, Hora e Local:** No dia 10 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, em formato exclusivamente digital, por meio de sala de reunião virtual, em conformidade com a Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, e com a Seção VIII, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (adiante denominada "IN DREI 81"). Em conformidade com o disposto na IN DREI 81, o presente conclave considera-se realizado na sede da Gearbulk Marítima Ltda., localizada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Müller, nº 116, salas 3106 (parte), 3201 (parte), 3205 (parte), 3206 (parte) e 3207 (parte), Botafogo, CEP 22290-160 (adiante denominada "Sociedade"). 2. **Presença:** Presentes sócios quotistas representando 100% (cem por cento) do capital social, a seguir indicados e qualificados. **GEARBULK HOLDING AG,** sociedade limitada existente de acordo com as leis da Suíça, com número de registro CHE 232.059.725, com endereço de registro localizado em Zentrum Staldenbach 5,8808, Pfäffikon SZ, Suíça, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.723.842/0001-47, no presente representada de acordo com seus atos constitutivos por sua procuradora, a Sra. BEATRIZ BARROS VILLAS BOAS PASSOS, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 164.593, emitida pela OAB/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 014.126.307-54, com domicílio comercial localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Müller, nº 116, salas 3106 (parte), 3201 (parte), 3205 (parte), 3206 (parte) e 3207 (parte), Botafogo, CEP 22290-160, conforme instrumento de mandato emitido em 06 de dezembro de 2021, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o nº 00004767001, em 11 de fevereiro de 2022 (adiante denominada "GB HOLDING"); e **GRANÊIS DO BRASIL MARÍTIMA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.509.520/0001-73, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o nº 00005027716, em 02 de agosto de 2022, neste ato representada na forma da seus atos constitutivos por sua Diretora Sra. BEATRIZ BARROS VILLAS BOAS PASSOS, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/ME sob o nº 014.126.307-54, e inscrita na OAB/RJ sob o nº 164.593, e por seu procurador Sr. AULÍSIO JOSÉ MACEDO JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 18.859.962-9, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.844.888-04, ambos com domicílio comercial localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Müller, nº 116, salas 3106 (parte), 3201 (parte), 3205 (parte), 3206 (parte) e 3207 (parte), Botafogo, CEP 22290-160 (adiante denominada "GRANÊIS"). 3. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Beatriz Barros Villas Boas Passos, que convidou o Sr. Aluisio José Macedo Junior para secretariar a Reunião. 4. **Convocação:** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos sócios quotistas da sociedade, na forma do artigo 1.072, parágrafo 2º do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). 5. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre (i) a aprovação, depois de lido e discutido, do instrumento particular de Protocolo de Justificação de Incorporação da Sociedade pela GRANÊIS; (ii) a ratificação da nomeação e contratação dos peritos, adiante denominado "Peritos", que realizaram a avaliação patrimonial da Sociedade; (iii) a aprovação do laudo de avaliação do patrimônio da Sociedade, realizada pelos Peritos; (iv) a aprovação da incorporação propriamente dita; e (v) a autorização, para prática de todos os atos necessários à implementação e formalização da incorporação. 6. **Deliberações:** Instalada a reunião, a Presidente da Mesa esclareceu aos presentes que a presente reunião é feita em formato exclusivamente digital, por meio de sala de reunião virtual, em conformidade com a Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e a IN DREI 81, e os sócios quotistas da Sociedade, GB HOLDING e GRANÊIS, reconhecem expressamente a validade da presente Reunião. O Secretário da Mesa atesta a presença, por meio virtual, de todos os indicados no item 2 acima. Os sócios quotistas da Sociedade, GB HOLDING e GRANÊIS, declaram ter dispensado expressamente a gravação do presente conclave, bem como declaram ter tido tempo para analisar o instrumento particular de Protocolo de Justificação de Incorporação da Sociedade. Ato contínuo, a Presidente colocou em discussão as matérias constantes da Ordem do Dia, e os sócios quotistas da Sociedade, GB HOLDING e GRANÊIS, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: (i) Aprovar, depois de lido e discutido, o Protocolo de Justificação de Incorporação da Sociedade, ora incorporada, pela empresa Incorporadora, a GRANÊIS. A operação de incorporação já foi igualmente aprovada pelos sócios da empresa Incorporadora, a GRANÊIS, nesta mesma data. O Protocolo de Justificação de Incorporação da Sociedade integra o presente instrumento na forma de seu Anexo I; (ii) Ratificar a aprovação da nomeação e contratação, como Peritos, da IRKO HIRASHIMA AUDITORES INDEPENDENTES, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Arcoverde nº 2450, 11º andar, conjunto 1101 a 1105, Pinheiros, CEP 05408-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.878.522/0001-16, para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Sociedade a ser incorporados pela GRANÊIS. Os Peritos, previamente avisados, acordaram e aceitaram a nomeação, e declararam-se em condições de apresentar o laudo de avaliação do patrimônio da Sociedade, pelo critério de valor contábil, na DATA BASE de 31 de dezembro de 2022 ("DATA BASE"); (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Sociedade, elaborado pelos Peritos, o qual integra o Protocolo de Justificação de Incorporação da Sociedade na forma de seu Anexo I e integra a presente ata na forma de seu Anexo II; (iii.1) Consignar que, conforme indicado no Laudo de Avaliação, os Peritos apuraram que, na DATA BASE, o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade, ora Incorporada, a ser vertido para a GRANÊIS, ora Incorporadora, era de R\$ 7.616.005,77 (sete milhões, seiscentos e dezesseis mil, cinco reais e setenta e sete centavos). (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da Sociedade pela GRANÊIS, a qual sucederá a Sociedade em todos os seus bens, direitos e obrigações, extinguindo-se, portanto, a Sociedade, de pleno direito; e (v) Autorizar a Sra. BEATRIZ BARROS VILLAS BOAS PASSOS e o Sr. AULÍSIO JOSÉ MACEDO JUNIOR, ambos já qualificados, a procederem com a realização de todos os atos necessários e/ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações ora aprovadas. 7. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a Reunião de Sócios da Sociedade, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Os sócios quotistas da Sociedade, GB HOLDING e GRANÊIS reconhecem que a presente Ata é equiparada a documento físico para todos os efeitos legais, reconhecendo e declarando os signatários, à vista do disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2002-5, de 24 de agosto de 2001, que a execução e assinatura da presente Ata em meio eletrônico e suas assinaturas por meio de certificado digital emitidos pela ICP-Brasil é o meio escolhido de mútuo acordo como apto para comprovar a autoria e integridade do documento, e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse. Todas as assinaturas apostas a este instrumento são certificadas digitalmente e têm plena validade e são suficientes para a autenticidade, integridade, existência e validade deste instrumento. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2023. **Mesa.** Beatriz Barros Villas Boas Passos - Presidente da Mesa, Aluisio José Macedo Junior - Secretário da Mesa. Sócios Quotistas presentes. **GEARBULK HOLDING AG** - pp. Beatriz Barros Villas Boas Passos, Granéis do Brasil Marítima Ltda. - pp. Beatriz Barros Villas Boas Passos, Granéis do Brasil Marítima Ltda. pp. Aluisio José Macedo Junior. Jucerja em 08/03/2023 sob o nº 00005360211. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - Central Logística:** O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas Atribuições Estatutárias, convoca os Trabalhadores da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - Central Logística - para apreciação e aprovação da pauta de proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria pertinente ao período de 2023/2024, bem como Suscitar Dissídio Coletivo se necessário, em Assembleia Geral Extraordinária. A realizar-se no dia 23 de março de 2023, na sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, sito a Av. Passos, nº 90 / 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, às 14:00h, em 1ª Chamada e 2ª Chamada às 14:30h, com qualquer número de presentes. Fica a categoria em Estado de Convocação permanente para qualquer eventualidade até a assinatura do ACT. Rio de Janeiro/RJ, 16 de março de 2023. PAULO DE TARSO PESSANHA FERREIRA - PRESIDENTE.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA / SUPERVIA:** O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas Atribuições Estatutárias, convoca os Trabalhadores da SUPERVIA Trens Urbanos - para apreciação e aprovação da pauta de proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria pertinente ao período de 2023/2024, bem como Suscitar Dissídio Coletivo se necessário, em Assembleia Geral Extraordinária, em concordância com as leis e o Estatuto desta entidade, a realizar-se no dia 25 de março de 2023, no refeitório de Deodoro. Primeira chamada às 09:30 e a segunda às 10:00, com qualquer número de presentes. Fica a categoria em Estado de Convocação permanente para qualquer eventualidade até a assinatura do ACT. Rio de Janeiro/RJ, 16 de março de 2023. PAULO DE TARSO PESSANHA FERREIRA - PRESIDENTE.

**MIRIAM MINAS RIO AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS S/A.**  
CNPJ: 33.050.816/0001-89 - NIRE: 333.0011219-7  
**CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA**  
CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em assembleia geral ordinária, conjuntamente, no dia 17/04/2023, às 14:00 horas em primeira convocação com a totalidade dos acionista, ou às 14:30 horas em segunda convocação, em nossa sede social na Avenida Brasil, 7600, Ramos, RJ, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Ordinária** - a) aprovação do relatório da diretoria e demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) destinação do resultado do exercício; c) eleição da diretoria e a fixação de seus honorários. Informamos que os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, encontra-se a disposição dos senhores acionistas na sede da Sociedade. A Diretoria.

## GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ nº 37.178.485/0001-18 - NIRE 33.3.0033444-1  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2023**  
1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 1º de fevereiro de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Lavradio, nº 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070 ("Companhia" ou "Garliava"). 2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Verificado, portanto, quórum legal para instalação desta assembleia e para deliberação das matérias constantes da ordem do dia. Presentes, ainda, o Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Secretário Geral e Diretor Jurídico da Companhia; e o Sr. Sérgio Eduardo Zamora, representante da empresa especializada PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., abaixo qualificada, responsável por elaborar o Laudo de Avaliação (abaixo definido), para prestar eventuais esclarecimentos necessários. 3. **MESA:** Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia; e Nathalia Pereira Leite - Secretária da Assembleia. 4. **ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: (i) a ratificação da nomeação da empresa de avaliação especializada PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 61.562.112/0001-20, responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Companhia ("Laudo de Avaliação"), para fins de sua incorporação pela Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.376, bairro Cidade Montções, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Telefônica Brasil"); (ii) o Protocolo e Instrumento de Justificação de Incorporação firmado entre as administrações da Companhia e da Telefônica Brasil em 16 de dezembro de 2022 ("Protocolo de Incorporação"), tendo por objeto a incorporação da Companhia pela Telefônica Brasil ("Incorporação"); (iii) o Laudo de Avaliação elaborado para fins da Incorporação; (iv) a Incorporação da Companhia pela Telefônica Brasil e a sua implementação, com a consequente extinção da Companhia, cuja eficácia, para todos os fins, estará condicionada a deliberação do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, em reunião a ser realizada especialmente para este fim, para verificação da ocorrência da prévia anuência da ANATEL e das condições operacionais aplicáveis, conforme previstas no Protocolo de Incorporação; e (v) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos que se fizerem necessários à formalização da Incorporação perante os órgãos públicos e terceiros em geral, uma vez verificada a sua eficácia pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil. 5. **DELIBERAÇÕES:** A única acionista da Companhia, Telefônica Brasil, analisou as matérias constantes da Ordem do Dia e deliberou, sem quaisquer ressalvas: 5.1. Ratificar a nomeação da empresa especializada PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Estado de São Paulo sob o nº 2SP00160/O-5, tendo como responsável técnico Sérgio Eduardo Zamora, portador do RG nº 17.457.928 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 107.092.038-02, registrado no CRC sob o nº 1SP168728/O-4, para a elaboração do Laudo de Avaliação, para fins da Incorporação do patrimônio líquido da Companhia pela Telefônica Brasil. 5.2. Aprovar todos os termos e condições do Protocolo de Incorporação, constante desta ata com seu Anexo I. O Protocolo de Incorporação estabelece os termos e condições gerais da Incorporação pretendida, as suas justificativas e o critério de avaliação do patrimônio líquido da Companhia a ser incorporado pela Telefônica Brasil. 5.3. Aprovar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Companhia, avaliado com base no seu valor contábil na data de 31 de outubro de 2022, o qual estabelece que o valor do patrimônio líquido da Companhia a ser incorporado pela Telefônica Brasil é de R\$84.165.098,62 (oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e dois centavos), tudo em conformidade com o previsto no Protocolo de Incorporação. O Laudo de Avaliação é parte integrante do Protocolo de Incorporação como seu Anexo 1. 5.4. Aprovar, em conformidade com o Protocolo de Incorporação, já aprovado e anexo à presente ata, a incorporação da Companhia pela Telefônica Brasil, que a sucederá em todos os direitos e obrigações, na forma da Lei das S.A. Foi consignado pela Mesa que, nos termos do Protocolo de Incorporação, a eficácia da Incorporação depende da obtenção da anuência prévia da ANATEL e da conclusão de procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica. Em vista disso, a eficácia da presente deliberação assemblear estará condicionada à deliberação do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, em reunião a ser realizada especialmente para este fim, para verificação da ocorrência das referidas condições, quando, então, a Incorporação se tornar eficaz ("Data de Eficácia"). Também foi registrado que, em razão da Incorporação ora aprovada, e tão somente após a verificação de sua eficácia pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil, dar-se-á a extinção da Companhia de pleno direito, na forma do disposto no artigo 227 da Lei das S.A. 5.5. Autorizar, uma vez verificada a eficácia da Incorporação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil nos termos esclarecidos acima, os administradores da Companhia a pratiquem todos os atos que se fizerem necessários à formalização da Incorporação perante os órgãos públicos e terceiros em geral. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou encerrados os trabalhos, ficando ciente o representante da acionista da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo artigo 130, §1º da Lei das S.A. A ata lavrada no livro foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2023. **Mesa:** Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Presidente da Assembleia; Nathalia Pereira Leite, Secretária da Assembleia. **Acionista:** Telefônica Brasil S.A., por Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Cargo: Secretário Geral e Diretor Jurídico. **Representante da Empresa Especializada:** PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, Nome: Sérgio Eduardo Zamora, CRC: 1SP168728/O-4. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., realizada em 1º de fevereiro de 2023, lavrada em livro próprio e registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00005350600 de 02/03/2023. Daniela Valente Junqueira Ayres - Secretária da Assembleia.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - CBTU:** O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas Atribuições Estatutárias, convoca os Trabalhadores da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - para apreciação e aprovação da pauta de proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria pertinente ao período de 2023/2024, bem como o Suscitar Dissídio Coletivo se necessário, em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 24 de março de 2023, sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, sito a Av. Passos, 90, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, às 13:30h, 1ª Chamada e em 2ª Chamada às 14:00h, com qualquer número de presentes. Fica a categoria em Estado de Convocação permanente para qualquer eventualidade até a assinatura do ACT. Rio de Janeiro/RJ, 16 de março de 2022. PAULO DE TARSO PESSANHA FERREIRA - PRESIDENTE.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA - INFRA S/A:** O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas Atribuições Estatutárias, convoca os Trabalhadores da Empresa Engenharia e Construções e Ferrovias S.A. - INFRA S/A (VALEC) - para apreciação e aprovação da pauta de proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho da Categoria pertinente ao período de 2023/2024, bem como Suscitar Dissídio Coletivo se necessário, em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 24 de março de 2023 na Associação dos Engenheiros, cito Av. Pres. Vargas, 1733 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, às 10:00h, em 1ª Chamada e 2ª Chamada às 10:30h, com qualquer número de presentes. Desde já fica a categoria em Estado de Convocação permanente para qualquer eventualidade até a assinatura do ACT. Rio de Janeiro/RJ, 16 de março de 2023. PAULO DE TARSO PESSANHA FERREIRA - PRESIDENTE.

**INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.**  
CNPJ/ME nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3  
**AVISO AOS AÇIONISTAS**  
Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa Matriz, à Rua Hugo Aquino nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, em nossa Filial Rio, à Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco 2, salas 203/204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, em nossa Filial Recife/PE, à Rua Fernando de Noronha nº 41, Muriçaba, Jaboatão dos Guararapes, PE, e na Filial Valinhos/SP, à Rua Ezequiel Benedito Silva, nº 77, sala 10, Chácara São Francisco, Valinhos, SP, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. São João da Barra, RJ, 15 de março de 2023. HUGO AQUINO FILHO - Presidente do Conselho de Administração.

**REQUERIMENTO DE LICENÇA**  
TGRJ-19 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ 27.873.242/0001-46 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/01906.02, Licença Ambiental Municipal Prévia (LMP) para a Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar situado na Avenida Prefeito Dulcício Cardoso, Lt 1 do PAL a ser aprovado (nº 2900, antigo lote 12 do PAL 38.182) - Barra da Tijuca.

**LEMVIG RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME 36.741.993/0001-08 - NIRE 33.3.0033410-6  
**RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** Foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia no dia 28/02/2023, às 15h, na sede social da Companhia, com a presença da acionista detentora de 100% do capital social, onde foram deliberados e aprovados os seguintes temas: (i) ratificar as deliberações aprovadas nos itens 5.(iii) e 5.(iv) da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de janeiro de 2023, às 15h ("AGE"); (ii) ratificar as demais deliberações aprovadas na AGE; (iii) examinar, discutir e votar o balanço levantado com relação ao período de 2 (dois) meses encerrado em 28 de fevereiro de 2023; e (iv) examinar, discutir e votar a proposta de declaração de dividendos à conta de lucros acumulados apurados no balanço relativo ao período encerrado em 28 fevereiro de 2023. Assinaturas Mesa: Rodrigo Modesto de Abreu - Presidente de Mesa; e Daniella Geszikter Ventura - Secretária. **AVISO:** O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I (A integra da ata está disponível no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial do Estado do Rio de Janeiro. JUCERJA nº 00005363934 em 10/03/2023).

**SYNERGY S.A.**  
CNPJ/MF Nº. 30.278.527/0001-43  
**CONVOCAÇÃO**  
Conforme previsto no Art. 11º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, **convocamos** os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Synergy S.A., a realizar-se em sua sede, na Rua Barão de Pirai nº. 172, sala 04, Centro, Cidade de Pirai, RJ, às 14:00 horas do dia 28/04/2023, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Pirai, RJ, 16 de março de 2023. Fernando Lana de Noronha - Diretor Presidente.

**COMUNICADO**  
Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MEIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R\$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/03/2023. Rio de Janeiro, 19 de março de 2023.  
Shopping Center do Brasil S/A. Sindicato





## BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 23.903.068/0001-86

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**Relatório da Administração:** Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Ouvirora:** O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.862/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços. **Desempenho:** O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil. O valor da carteira de operações de crédito e arrendamento financeiro no encerramento do exercício de 2022, foi de R\$ 714 milhões (R\$ 480 milhões em 2021). O lucro líquido no exercício de 2022, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 10 milhões (R\$ 10 milhões em 2021).

O patrimônio líquido no final do exercício de 2022 totalizava R\$ 172 milhões (R\$ 169 milhões em 2021), com o índice de Basileia de 22,74% (32,96% em 2021). Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas em 2022. Em 31 de dezembro de 2022, houve uma provisão de 50% do lucro do exercício para dividendos no valor de R\$ 5.167 milhões. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas e clientes pela apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração  
São Paulo, 16 de março de 2023

ATIVO	Nota		2022		2021	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Disponibilidades</b>	<b>5a</b>	<b>26.010</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		<b>712.881</b>	<b>533.506</b>	<b>533.506</b>	<b>533.506</b>	<b>533.506</b>
<b>Títulos e valores Mobiliários</b>	<b>6a</b>	<b>-</b>	<b>50.614</b>	<b>50.614</b>	<b>50.614</b>	<b>50.614</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6b</b>	<b>3.048</b>	<b>7.684</b>	<b>7.684</b>	<b>7.684</b>	<b>7.684</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7a</b>	<b>703.735</b>	<b>474.834</b>	<b>474.834</b>	<b>474.834</b>	<b>474.834</b>
Operações de Crédito		714.342	480.320	480.320	480.320	480.320
Operações de Arrendamento Mercantil (Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)		-	14.512	14.512	14.512	14.512
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	<b>7g</b>	<b>10.607</b>	<b>7.22</b>	<b>7.22</b>	<b>7.22</b>	<b>7.22</b>
<b>Ativos Fiscais</b>	<b>8</b>	<b>6.098</b>	<b>374</b>	<b>374</b>	<b>374</b>	<b>374</b>
<b>Ativos Tributários Correntes</b>		<b>15.930</b>	<b>14.394</b>	<b>14.394</b>	<b>14.394</b>	<b>14.394</b>
<b>Crédito Tributário</b>	<b>17b</b>	<b>5.767</b>	<b>4.048</b>	<b>4.048</b>	<b>4.048</b>	<b>4.048</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>568</b>	<b>563</b>	<b>563</b>	<b>563</b>	<b>563</b>
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)		1.085	1.167	1.167	1.167	1.167
Outros Ativos	<b>9</b>	<b>5.859</b>	<b>2.648</b>	<b>2.648</b>	<b>2.648</b>	<b>2.648</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>761.248</b>	<b>574.084</b>	<b>574.084</b>	<b>574.084</b>	<b>574.084</b>

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Capital Social	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Expansão	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados		
100.000	494	-	7.742	(203)	-	108.033	-	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	-	10.065	10.065	
Aumento de Capital	50.000	-	-	-	-	-	50.000	
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	503	-	-	-	(503)	-	
Reserva de Expansão	-	-	9.562	-	-	(9.562)	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.035	-	1.035	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>150.000</b>	<b>997</b>	<b>-</b>	<b>17.304</b>	<b>832</b>	<b>169.133</b>	<b>169.133</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	10.335	10.335	
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	517	-	-	-	(517)	-	
Reserva de Expansão	-	-	9.818	-	-	(9.818)	-	
Reserva de Expansão	-	-	17.304	(17.304)	-	-	-	
Dividendos	-	-	(5.167)	-	-	(5.167)	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.688	-	1.688	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>150.000</b>	<b>1.514</b>	<b>21.955</b>	<b>(856)</b>	<b>(856)</b>	<b>172.613</b>	<b>172.613</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>150.000</b>	<b>1.243</b>	<b>21.984</b>	<b>(20)</b>	<b>(20)</b>	<b>173.207</b>	<b>173.207</b>	
<b>Lucro Líquido do 2º Semestre</b>	-	-	-	-	-	5.409	5.409	
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	271	-	-	-	(271)	-	
Reserva Estatutária	-	-	5.138	-	-	(5.138)	-	
Dividendos	-	-	(5.167)	-	-	(5.167)	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	836	-	836	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>150.000</b>	<b>1.514</b>	<b>21.955</b>	<b>(856)</b>	<b>(856)</b>	<b>172.613</b>	<b>172.613</b>	

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil International Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finance (FINME), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COISIF com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.818/19. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução CMN nº 4.924/21 - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro  
Resolução CMN nº 4.924/21 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos  
Efeitos das mudanças de câmbio e conversão de demonstrações financeiras  
Resolução CMN nº 4.524/16 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Resolução CMN nº 4.910/21 - Ativo Intangível  
Resolução CMN nº 4.534/16 - Divulgação sobre Partes Relacionadas  
Resolução CMN nº 4.818/20 - Pagamento Baseado em Ações  
Resolução CMN nº 3.989/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro  
Resolução CMN nº 4.924/21 - Evento Subsequente  
Resolução CMN nº 4.818/20 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
Resolução CMN nº 3.823/09 - Ativo Imobilizado  
Resolução CMN nº 4.535/16 - Benefícios a Empregados  
Resolução CMN nº 4.877/20 - Resultado por Ação  
Resolução CMN nº 3.989/11 - Mensuração do valor justo  
Resolução CMN nº 4.924/21 - Receita de Contrato com Cliente

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 16/03/2023.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a. Aparentação do Resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base pro rata die. Não são apropriadas as operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos. Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera: "As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período; "Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e " Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por Disponibilidades em moeda nacional e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5). **c. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para hedge (proteção) e seguem as orientações da Resolução CMN nº 4.966/21. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção hedge e são classificados de acordo com a sua natureza em: (i) **Hedge de Risco de Mercado:** Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do hedge registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (Nota 6). Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período. **d. Operações de Crédito, Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A carteira de crédito, compreendendo as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso normal. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações renunciadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, é calculada individualmente por devedor, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (Nota 7). **e. Outros Ativos - Outros Valores e Bens: Ativos não Financeiros Mantidos para Venda:** Registram-se como Ativos não Financeiros Mantidos para Venda do Banco, os bens adjudicatados, recebidos por dação em pagamento ou por qualquer outra forma reconhecida para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios: " Bens com valor superior a R\$ 51.100 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; " Bens com valor entre R\$ 25.551 e R\$ 51.099 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; e " Bens com valor inferior a R\$ 25.550 - são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem. Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos: " Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e " Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens. O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Banco estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito" (Nota 3g). **f. Despesas Antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (Nota 9). **g. Imobilizado de Uso:** Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando-se: taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (Nota 10). A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para o seu funcionamento. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Resultado do Período	Nota			2º Semestre		
	2022	2022	2021	2022	2022	2021
<b>Ajustes ao Resultado:</b>	<b>5.409</b>	<b>10.335</b>	<b>10.065</b>	<b>5.409</b>	<b>10.335</b>	<b>10.065</b>
Depreciação de Imobilizado	94	179	174	94	179	174
Depreciação de Arrendamento Financeiro	133	428	4.211	133	428	4.211
Provisão/(reversão) de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	-	-	-	-	-	-
Insuficiência de Depreciação	82	3.145	(4.039)	82	3.145	(4.039)
Reversão p/Desvalor. de Ativos não Finan. Mantidos p/venda	-	(90)	90	-	(90)	90
Resultado Alienação de Ativos não Finan. Mantidos p/venda	(119)	(325)	(68)	(119)	(325)	(68)
Resultado MTM dos Inst. Finan. Derivativos	(869)	602	(1.035)	(869)	602	(1.035)
Impostos Diferidos	(1.155)	(943)	(1.520)	(1.155)	(943)	(1.520)
Recuperação de Créditos	(5)	(107)	(810)	(5)	(107)	(810)
Recuperação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda	-	-	(95)	-	-	(95)
Perda operacional	-	-	37	-	-	37
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.006</b>	<b>17.700</b>	<b>9.003</b>	<b>6.006</b>	<b>17.700</b>	<b>9.003</b>
<b>Variações Patrimoniais</b>	<b>(140.973)</b>	<b>(189.242)</b>	<b>(178.891)</b>	<b>(140.973)</b>	<b>(189.242)</b>	<b>(178.891)</b>
<b>(Aumento/Redução) em Ativos Operacionais</b>	<b>(396)</b>	<b>55.250</b>	<b>(55.754)</b>	<b>(396)</b>	<b>55.250</b>	<b>(55.754)</b>
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro	(125.977)	(224.022)	(225.151)	(125.977)	(224.022)	(225.151)
Outros Ativos	(15.280)	(10.470)	(6.886)	(15.280)	(10.470)	(6.886)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>	<b>127.446</b>	<b>174.496</b>	<b>119.610</b>	<b>127.446</b>	<b>174.496</b>	<b>119.610</b>
Depósitos Interfinanceiros	4.410	(22.708)	74.396	4.410	(22.708)	74.396
Depósitos a Prazo	-	(211)	(5.448)	-	(211)	(5.448)
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.023	10.126	(6.907)	6.023	10.126	(6.907)
Operações p/ Empréstimos e Repasses	3.062	25.280	35.353	3.062	25.280	35.353
Operações p/ Empréstimos no Exterior e no País	98.489	153.839	14.616	98.489	153.839	14.616
Outros Passivos	15.462	8.170	7.600	15.462	8.170	7.600
<b>Atividades Operacionais - Caixa Líquido (Aplicado)</b>	<b>(7.519)</b>	<b>2.955</b>	<b>(50.278)</b>	<b>(7.519)</b>	<b>2.955</b>	<b>(50.278)</b>
<b>Atividades de Investimento - Caixa Líquido (Aplicado)</b>	<b>(18)</b>	<b>82</b>	<b>(91)</b>	<b>(18)</b>	<b>82</b>	<b>(91)</b>
(Aquisição) de Imobilizado de Uso	(183)	(195)	(173)	(183)	(195)	(173)
Baixa de Imobilizado de Uso	165	277	82	165	277	82
<b>Atividades de Financiamento - Caixa Líquido Gerado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.000</b>
Aumento de Capital	-	-	50.000	-	-	50.000
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.537)</b>	<b>3.037</b>	<b>(369)</b>	<b>(7.537)</b>	<b>3.037</b>	<b>(369)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>33.547</b>	<b>22.973</b>	<b>23.342</b>	<b>33.547</b>	<b>22.973</b>	<b>23.342</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>26.010</b>	<b>26.010</b>	<b>22.973</b>	<b>26.010</b>	<b>26.010</b>	<b>22.973</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.537)</b>	<b>3.037</b>	<b>(369)</b>	<b>(7.537)</b>	<b>3.037</b>	<b>(369)</b>

a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. **h. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (Impairment):** O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por impairment. **i. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos):** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais" e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Com base na Resolução CMN nº 4.842/20, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos. A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, a Medida Provisória nº 1.115/22, majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 21% para a período de agosto a dezembro de 2022, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023. **j. Rendas de Exercícios Futuros:** Entende-se como rendas antecipadas as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo. **k. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **l. Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. Em 31 de dezembro de 2022 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes. **m. Benefícios a Empregados:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo, são efetuados, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período. Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em "Outros Passivos - Provisão para Participação nos Lucros" em contrapartida ao resultado, em "Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado", n. **Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses:** Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como reduções do passivo correspondente. As captações que são objeto de hedge de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados



Quilombo Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ 54.843.230/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais (R\$), exceto quando mencionado

Table with columns: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Receita líquida, Fluxo de caixa proveniente das operações.

Table with columns: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto. Rows include Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras. 1. Contexto Operacional: A Quilombo Empreendimentos e Participações S/A com sede na cidade de São Paulo/SP é uma sociedade anônima fechada e tem como objeto principal a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios.

2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (a) Princípios gerais: Os Ativos, Passivos e o resultado das operações são apurados em conformidade com o regime de competência.

7. Imobilizado: Custo, Depreciação, Líquido. Tabelas com colunas para Custos, Depreciação e Valor Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2022.

8. Estoques: Tabelas com colunas para Custo, Depreciação e Valor Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2022.

9. Impostos Diferidos: Tabelas com colunas para Taxa de Depreciação, Adições e Baixas em 31/12/2021 e 31/12/2022.

10. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social é representado por 239.172 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18/08/2021, tendo sua totalidade integralizada, montando em 2022 o total de R\$ 32.484 (R\$ 32.484 em 2021).

11. Receita Líquida: Tabelas com colunas para Receita Bruta, Despesas Gerais e Administrativas, Despesas Financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022.

12. Custos dos Serviços, Locações e Vendas de Imóveis: Tabelas com colunas para Custos com pessoal, Depreciação e amortização, IPTU, Agenciamento e intermediação, Assessoria jurídica, Outros custos em 31/12/2021 e 31/12/2022.

13. Despesas Gerais e Administrativas: Tabelas com colunas para Despesas com pessoal, Locação de imóveis, Utilidades e serviços, Serviços de terceiros, Despesas com manutenção, Combustível, Provisão para contingências, Depreciação e amortização, Provisão de créditos de liquidação duvidosa, Perdas com processo judicial, Outros despesas gerais e administrativas em 31/12/2021 e 31/12/2022.

14. Receitas e Despesas Financeiras: Tabelas com colunas para Receitas financeiras, Despesas financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido: Tabelas com colunas para Imposto de renda, Contribuição social em 31/12/2021 e 31/12/2022.

16. Cobertura de Seguros: São mantidos seguros contra incêndio, explosão e riscos diversos sobre imóveis próprios, sendo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros. A companhia não mantém seguro para cobertura de possíveis contingências decorrentes de responsabilidade civil.

Alice Maria Barretto Prado Ferreira - Diretora Presidente; Normando Anderson Monteiro - Contador - CRC 15P197.776/O-8

Frigol Holding S.A.

CNPJ nº 05.687.357/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with columns: Balanços patrimoniais, Demonstrações dos resultados, Demonstrações dos fluxos de caixa. Rows include Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa.

7. Imobilizado: Custo, Depreciação, Líquido. Tabelas com colunas para Custos, Depreciação e Valor Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2022.

8. Estoques: Tabelas com colunas para Custo, Depreciação e Valor Líquido em 31/12/2021 e 31/12/2022.

9. Impostos Diferidos: Tabelas com colunas para Taxa de Depreciação, Adições e Baixas em 31/12/2021 e 31/12/2022.

10. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social é representado por 1.871 ações ordinárias e 543.711 ações preferenciais, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 19/04/2023, tendo sua totalidade integralizada, montando em 2022 o total de R\$ 442.358 (R\$ 442.358 em 2021).

11. Receita Líquida: Tabelas com colunas para Receita Bruta, Despesas Gerais e Administrativas, Despesas Financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022.

12. Custos dos Serviços, Locações e Vendas de Imóveis: Tabelas com colunas para Custos com pessoal, Depreciação e amortização, IPTU, Agenciamento e intermediação, Assessoria jurídica, Outros custos em 31/12/2021 e 31/12/2022.

13. Despesas Gerais e Administrativas: Tabelas com colunas para Despesas com pessoal, Locação de imóveis, Utilidades e serviços, Serviços de terceiros, Despesas com manutenção, Combustível, Provisão para contingências, Depreciação e amortização, Provisão de créditos de liquidação duvidosa, Perdas com processo judicial, Outros despesas gerais e administrativas em 31/12/2021 e 31/12/2022.

14. Receitas e Despesas Financeiras: Tabelas com colunas para Receitas financeiras, Despesas financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido: Tabelas com colunas para Imposto de renda, Contribuição social em 31/12/2021 e 31/12/2022.

Djalma Gonzaga de Oliveira - Diretor-Presidente; Renata Fernandes de Oliveira Poleta - Diretora sem Designação Específica; Ângelo Eduardo Rossini - Contador - CRC/SP 15P22157/O-5

Blau Farmacêutica S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 58.430.828/0001-60 - NIRE 35.300.416.406 | Código CVM nº 2462-7

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 19 de Abril de 2023

Ficam convocados os senhores acionistas da Blau Farmacêutica S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral" ou "AGO"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("BCVM 81"), em primeira convocação, no dia 19 de abril de 2023, às 14h30, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração; (v) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2023; e (vi) retificar o valor da destinação do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para a reserva de investimento que constou da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar o Artigo 3º, §2º, do Estatuto Social da Companhia, para consolidar as filiais da Companhia; (ii) alterar o Artigo 3º, Caput, do Estatuto Social da Companhia, para consolidar o objeto social das filiais da Companhia; (iii) alterar o Artigo 18, com a inclusão dos incisos XXIII a XXVI do Estatuto Social da Companhia, para ajustar as atribuições do Conselho de Administração; (iv) alterar os Artigos 21, Caput, e 24, §3º, do Estatuto Social da Companhia, para ajustar a denominação do atual Diretor Jurídico, de Compliance e de Governança Corporativa; (v) alterar o Artigo 22, §4º do Estatuto Social da Companhia, com a exclusão dos incisos VI, VII, VIII e X, para ajustar as atribuições do atual Diretor Jurídico, de Compliance e de Governança Corporativa; e (vi) consolidar o Estatuto Social da Companhia. Coita, 17 de março de 2023. Rodolfo Alfredo Gerardo Hahn - Presidente do Conselho de Administração. Este edital de convocação está sendo publicado de forma resumida, sua versão na íntegra pode ser acessada na versão online do Diário Diário Comercial e nos sites de relações com investidores da Companhia, da CVM e da B3.

BANCO BESA S.A.

CNPJ/MF nº 15.124.464/0001-59

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão do Banco BESA S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 06 de abril de 2023, às 10h00 horas, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 1º andar, Torre 3, Vila Nova Conceição, para analisar e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar, nos termos do artigo 4º, §5º da Lei das S.A., o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após a conclusão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão do Banco BESA S.A. ("OPA"), cujo leilão foi realizado em 13 de março de 2023, e conforme previsto no item 7.1.3 do edital da OPA divulgado ao mercado em 10 de fevereiro de 2023; e (ii) Autorizar a administração da Companhia para praticar todos os atos necessários e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação da deliberação acima. Informações Gerais: 1. Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares das ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos. 2. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão da Companhia poderão participar da Assembleia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira escrituradora das ações - Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Escriturador"), e portando os seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 3. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprem a autoria e integridade do documento e dos signatários. 4. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM R2014/3578, j. 4.11.2014). 5. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. 6. Nos termos do artigo 135, § 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores e preferenciais classe A de emissão do Banco BESA S.A. (www.besa.com.br), do B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), São Paulo, 16 de março de 2023. BANCO BESA S.A.

Peraltas Acampamento de Brotas Ltda.

CNPJ 53.687.315/0001-15

Edital de Convocação

Ficam convocados os sócios para deliberação da 12ª Alteração do Contrato Social da Sociedade a ser realizada em 27 de Março de 2023, às 09 horas, na sede social, para fins de: (i) ingresso dos herdeiros do Sr. Gumercindo Lopes Coimbra Filho, (ii) cessão das quotas da sociedade integrante Sra. Marília Formica Coimbra Rabelo para a também sócia Maria Pia Formica Lopes Coimbra, (iii) Alteração do Contrato Sociário; e (iv) consolidação do Contrato Social. SP, 17 de Março de 2023. Maria Pia Formica Lopes Coimbra - Sócia.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 92CD-A5DF-69D1-2833.

INTERVENÇÃO

# InCor usa a inteligência artificial para desobstruir artéria do coração

Durante a angioplastia os médicos têm à disposição imagens de raio-x e de um aparelho que consegue filmar dentro dos vasos sanguíneos. A inteligência artificial analisa as duas imagens conjuntamente e oferece informações precisas

**D**oscercade 2,5 mil pacientes que implantaram um stent cardíaco todos os anos no Instituto do Coração (InCor) de São Paulo, seu Raimundo, de 70 anos, representará um marco agora. Não porque ele tenha uma condição rara ou um quadro mais complexo. Na verdade, o tratamento de pacientes com quadros como o dele - idosos com hipertensão e colesterol alto - faz parte da rotina diária. O que tornou o caso de seu Raimundo Aparecido Victor singular foi ele ter sido o primeiro paciente na América do Sul a passar por uma angioplastia com o auxílio de inteligência artificial.



A angioplastia é um procedimento minimamente invasivo para desobstruir artérias coronárias entupidas

O procedimento foi feito pela equipe de cardiologia intervencionista do InCor na manhã de quinta-feira. A angioplastia é um procedimento minimamente invasivo para desobstruir artérias coronárias entupidas geralmente por placas de gordura ou calcificações.

Nela, a equipe médica insere, por meio do braço ou da virilha do paciente, um cateter que chega ao vaso cardíaco obstruído, possibilitando a colocação de um stent, um componente metálico parecido com uma pequena mola que, após inserido, é expandido por meio de um balão operado pelos médicos, abrindo passagem para a circulação sanguínea e reduzindo o risco de problemas cardiovasculares.

Na maioria dos hospitais do

País, a equipe usa um equipamento de raio X para visualizar os pontos de obstrução e guiar a implantação do stent. Em alguns centros especializados, como o InCor, os médicos têm à disposição também um aparelho que consegue visualizar o interior do vaso com resolução similar à de um microscópio, método chamado de tomografia de coerência óptica.

O que a inteligência artificial faz é analisar as duas imagens conjuntamente e oferecer informações mais precisas. "Esse algoritmo faz uma fusão das imagens de raio X e da tomografia e identifica os locais de maior gravidade da

obstrução, as características da placa, se há calcificações, as espessuras e o ângulo dessas calcificações, além de avaliar, depois da colocação do stent, se está corretamente expandido", diz Carlos Campos, médico do Departamento de Cardiologia Intervencionista do InCor e um dos cardiologistas que realizou o procedimento.

O algoritmo funciona por meio do software Ultreon 1.0, desenvolvido pela farmacêutica americana Abbott e que recebeu registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em janeiro. A empresa fez uma parceria com o InCor para ofertar de forma gratuita

a tecnologia ao centro médico com a contrapartida de que o instituto atuasse na formação de outros profissionais do Brasil e do exterior.

Os médicos contaram com a ajuda da inteligência artificial em três principais momentos. Primeiro, o algoritmo foi capaz de indicar os pontos específicos de calcificação das artérias. "Se o stent encontrar calcificações no caminho, pode não se expandir adequadamente. Como o software nos ajudou a identificá-las e estavam em pontos anteriores aos pontos de maior obstrução por gordura, entramos antes com um dispositivo que quebra essas calcificações para

facilitar a posterior passagem do stent", diz Campos.

Em seguida, o software calculou o melhor tamanho do stent de acordo com as obstruções identificadas - foram duas. E, após a colocação do dispositivo, o algoritmo identificou pontos onde o stent não estava expandido adequadamente dentro da artéria, possibilitando que os médicos corrigissem o problema.

"Se você implantar o stent com pressão muito elevada, você pode até romper o vaso. E se você faz uma subexpansão, a chance de voltar a doença e a angina (dor no peito) é maior. Então, após o implante do stent, nós voltamos a colher as imagens tomográficas dentro das artérias e, usando o algoritmo de inteligência artificial, conseguimos deixá-lo melhor expandido, o que melhora o fluxo sanguíneo e reduz a chance de o paciente voltar a ter uma obstrução naquele local", afirma Alexandre Abizaid, diretor do Departamento de Cardiologia Intervencionista, que também fez parte da equipe que realizou o procedimento.

"O índice ideal de expansão é de 80% a 90% da artéria. Para os nossos olhos, o stent estava perfeito, mas a inteligência artificial foi capaz de identificar que, em alguns trechos, estava com 75% de expansão e, com isso, podemos ir novamente com o balão naquele ponto e expandir o stent um pouco mais", afirma Campos.

Os cardiologistas ressaltam que os médicos são capazes

de fazer a identificação e análise das obstruções, mas que a inteligência artificial traz maior precisão. "Estudos mostram que a angioplastia feita com o auxílio da tomografia de coerência óptica e da inteligência artificial tem 30% menos risco de eventos como óbito, enfarte e necessidade de outra angioplastia, em comparação ao procedimento tradicional só com imagens de raio X", diz Carlos Campos.

Para Roberto Kalil Filho, presidente do Conselho Diretor do InCor, a nova tecnologia, além de aprimorar o tratamento de pacientes com doença coronariana, traz ganhos para o sistema de saúde. "Quanto mais a inteligência artificial ajudar o médico, mais acurácia os métodos vão ter para o benefício do paciente. E qualquer procedimento ou avanço que você minimiza riscos e melhora o resultado vai ter impacto direto no sistema de saúde."

Ele afirma que o InCor já começou a treinar nesta quinta médicos de outros Estados do País na técnica. Especialistas da Argentina, Chile e Colômbia deverão passar por capacitação no InCor em abril.

Alexandre Abizaid afirma que a tecnologia usada na angioplastia deverá ser oferecida para pacientes de maior complexidade, o que representa cerca de 10% dos doentes que passam pelo procedimento no InCor. Isso porque, como ela não está na lista de procedimentos custeados pelo Ministério da Saúde, o hospital precisa subsidiar o custo do procedimento.

APELO GLOBAL

# Síndrome do sono insuficiente pode levar a casos de ansiedade e depressão

O Dia Mundial do Sono, celebrado em 2023 na sexta-feira (17), tem como tema "O sono é essencial para saúde". A primeira comemoração da data ocorreu em 2008 a fim de chamar a atenção para a conscientização e promoção da saúde do sono.

Neste ano, o apelo global organizado pela Sociedade Mundial do Sono tem o objetivo de diminuir o peso que os problemas do sono provocam na sociedade, por meio da prevenção e do tratamento.

Neste dia, profissionais de diversas especialidades médicas de 70 países se organizaram para realizar atividades locais e nacionais que demonstrem que o sono é considerado pilar fundamental da saúde humana, tanto do corpo

quanto da mente.

No Brasil, de 13 a 19 de março, profissionais de saúde estão participando de palestras, cursos e divulgação dentro de universidades. Já o público em geral tem à disposição informações online sobre a importância de dormir bem.

A Associação Brasileira do Sono (Absono), a Associação Brasileira da Medicina do Sono (ABMS) e a Associação Brasileira de Odontologia do Sono (Abros) lançaram, em conjunto, a Cartilha da Semana do Sono - 2023 com explicações e dicas à sociedade.

A publicação mostra que é durante o sono que ocorrem as principais funções restauradoras, como reposição energética, hormonal, reconstrução de tecidos e sínteses de

proteínas.

Existem mais de 100 distúrbios do sono. As três associações brasileiras associadas ao sono (Absono, ABMS e ABOS) afirmam que ter uma boa noite de sono vai contribuir para melhorar a qualidade de vida e pode reduzir o risco de doenças cardiovasculares (arritmias e hipertensão arterial) e diabetes; manter o peso corporal saudável, evitando a obesidade; fortalecer o sistema imunológico; liberar hormônios; consolidar a memória, concentração e aprendizado; regular o humor, diminuir o risco de depressão e ansiedade; reduzir o estresse; diminuir o número de acidentes, como os de trabalho e de trânsito.

A fadiga causada pela priva-

ção do sono ou pelo sono de baixa qualidade pode sobrecarregar física, mental e emocionalmente, com alterações do humor. A psicóloga clínica comportamental e mestre em Medicina do Sono, Mônica Müller, explica a evolução dos quadros de má qualidade do sono, com quatro sintomas principais. "Na insônia inicial, a pessoa tem dificuldade para conciliar o sono. O segundo sintoma é a dificuldade de manutenção. O terceiro é a insônia terminal, com despertar precoce - o indivíduo acorda antes do horário desejado/programado e não consegue voltar a dormir. Por fim, o quarto sintoma é o sono não reparador, com queixas de fadiga, cansaço extremo, o que dificulta à pessoa funcionar bem

durante o dia".

O sono de baixa qualidade pode dificultar a atenção, concentração, memória, o aprendizado, planejamento, a tomada de decisão, o raciocínio lógico, a imaginação, criatividade e capacidade de reter novas informações.

Com 23 anos de experiência no assunto, Mônica Müller tem percebido pacientes impactados pelo hábito nocivo da privação intencional do sono, provocado pelo acúmulo de tarefas. "São pessoas que trabalham até mais tarde, que utilizam a noite para fazer outras tarefas, que, muitas vezes, não conseguem se organizar durante o dia. Elas acabam se privando de sono, porque no dia seguinte precisam acordar cedo. Elas têm

outros compromissos. Então, é preciso considerar que fadiga gera essa sobrecarga. E o sono de má qualidade, se é mantido durante muito tempo assim, vai repercutir negativamente no funcionamento tanto mental, quanto físico".

Mônica detalha algumas consequências negativas dessa chamada síndrome do sono insuficiente. "São alterações do humor, em especial para pessoas que apresentam predisposição ou já têm transtornos psiquiátricos, sendo os carros-chefe a ansiedade e a depressão. Ela cita ainda o transtorno do humor bipolar, onde a privação de sono é extremamente danosa e pode desencadear episódios de mania. A fadiga e o cansaço extremo precisam ser evitados a todo custo."

**Novo Rumo Consultoria, Assessoria e Planejamento Ltda.**  
 CNPJ 03.456.885/0001-26,  
 Edital de Convocação - Reunião de Sócios Extraordinária  
 Representada pelo sócio administrador **David Daniel Lopes**, RG nº 460.541-1 SSP/SP e CPF nº 161.136.089-72, residente na Rua Quirino de Andrade, nº 193, 3º Andar, Conjuntos 31/32 - Centro - CEP: 01049-010, SP/SP vem através desta, **Convocar** a sócia **Sueli Rodrigues do Nascimento**, RG nº 36.784.688-3 SSP/SP e CPF nº 351.051.918-38, residente na Rua Serra da Canastra, nº 418, Bloco 1, Apartamento 22 - Jardim Amélia - CEP: 03221-300, SP/SP para **Reunião de Sócios Extraordinária**, que será realizada no dia 27/03/2023, na sede da empresa, Rua Ana de Camargo Branco, nº 270, Sala 01 - Vila São Jorge - CEP: 06402-020, Barueri/SP com a finalidade de deliberar sobre: • Alteração de Endereço da Sede. São Paulo, 13 de Fevereiro de 2023. **David Daniel Lopes**.

**Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.**  
 Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174  
 Aviso aos Acionistas  
 Em cumprimento ao disposto nos artigos 133 e 135, §3º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("LSA"), a Administração da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") comunica que (i) os documentos a que se referem os incisos I a V do aludido artigo 133 da LSA, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) os documentos a que se referem o aludido artigo 135, §3º da LSA, sendo estes a Proposta de Aumento de Capital mediante capitalização de parte da reserva de investimentos e parte da reserva de pesquisa e desenvolvimento, a Proposta de Consolidação do Estatuto Social da Companhia e, ainda, a ata da reunião do Conselho Fiscal realizada em 14 de março de 2023, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na Sede da Companhia, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Heloisa Pamplona, nº 842. São Caetano do Sul, 16 de março de 2023 - **Christian Mattar Saigh** - Diretor Presidente.

**Quilombo Empreendimentos e Participações S.A.**  
 CNPJ nº 54.843.230/0001-41 - NIRE 35.300.363.469  
 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária  
 Ficam os acionistas da Quilombo Empreendimentos e Participações S.A. convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 31 de março de 2023 às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04551-010, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) fixação da remuneração global e anual para os administradores da Companhia. São Paulo, 20 de março de 2023. **Alice Maria Barreto Prado Ferreira** - Diretora Presidente.

**Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo**  
 CNPJ/ME nº 61.149.589/0001-69 - NIRE 3540021136  
 Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no dia 24/05/2022  
 Aos 24/05/2022, às 12h00min, na cidade de SP/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, mediante prévia convocação, reuniram-se extraordinariamente, presencialmente e por meio de videoconferência, os senhores membros do Conselho de Administração. O Sr. Presidente do Conselho, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mitem, Juliana Montanheiro Lara, para secretariá-lo. Por unanimidade de votos, o Conselho consignou e acatou o pedido de renúncia do Sr. **Matheus Cotta de Carvalho**, RG nº MG-2541640 e CPF/ME nº 497.960.706-34, como Executivo de Gente e Gestão da Cooperativa, conforme carta datada de 06/05/2022. Ato contínuo, aprovou a eleição do Sr. **Dalbi Sebastião Arruda Junior**, RG nº 19797898 e CPF/ME nº 095.509.348-10, como novo Executivo de Gente e Gestão da Cooperativa, para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2024. O Executivo ora eleito declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971 ("Lei das Cooperativas") para a investidura no respectivo cargo de Executivo Profissional da Cooperativa, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. O Executivo tomará posse em seu cargo a partir de 01/06/2022, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse lavrado em livro próprio. Dessa forma, a partir de 01/06/2022, a composição consolidada dos Executivos Profissionais da Cooperativa, com mandato unificado até a AGO que será realizada no ano de 2024, passa a ser a seguinte: (i) **Presidente Executivo**: Sr. **Tomas Caetano Manzano**, RG nº 25.162.636-2 SSP/SP e CPF nº 248.126.578-57; (ii) **Executivo Jurídico e de Governança**: Sr. **Julio Alvarez Boda**, RG nº 13.091.559-2 SSP/SP e CPF sob nº 045.678.348-26 e OAB/SP nº 95.652; (iii) **Executivo de Gente e Gestão**: Sr. **Dalbi Sebastião Arruda Junior**, RG nº 19797898 e CPF/ME nº 095.509.348-10 e (iv) **Executivo Comercial**: Sr. **Pedro Augusto Paranhos de Oliveira**, RG nº 113722805, CPF nº 075.715.157-42. Nada mais. São Paulo, 24/05/2022. **Mesa**: Luis Roberto Pogetti - **Presidente**: Juliana Montanheiro Lara - **Secretária**: JUCESP nº 99.045/23-0 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - **Secretária Geral**.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/92CD-A5DF-69D1-2833> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 92CD-A5DF-69D1-2833



### Hash do Documento

FC69A23C55CBEC48E7C45B5DE984C7540AF419735EAA0CFAAC12E8AD82274F1E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
17/03/2023 21:40 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

